

Debate Sindical

**Escândalo no Congresso,
revisão constitucional**

A BURGUESIA

FEDE

**Rússia: um caminho fascista para
restaurar o capitalismo?**

**Impasses e desafios do
movimento sindical**

Ricardo Antunes



ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 4** Revisão constitucional atolada num mar de lama
- 7** A soberania nacional está ameaçada de morte
- 11** Direitos sociais na mira dos empresários
- 15** A ação do sindicalismo contra o arrastão das elites
- 18** Burguesia planeja "democracia sob total controle"
- 26** A crise do sindicalismo e seus novos desafios
- 33** Imperialismo apela para o fascismo na Rússia
- 40** A reação dos sindicatos à ofensiva neoliberal
- 47** A tragédia ambiental provocada pela Rhodia
- 52** Trabalhismo e movimento sindical na Inglaterra

EXPEDIENTE

A revista Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Pirapitingui, nº 12, CEP 01508-020, Liberdade, São Paulo, SP, Fone/fax: (011) 270-7702

Conselho de Redação

Altamiro Borges
Umberto Martins
José Carlos Ruy
Bernardo Joffily
Antonio Martins

Conselho Editorial

Sérgio Barroso
Renildo de Souza
Wagner Gomes
Nivaldo Santana
Augusto Buonicore
Augusto Petta
Claudio Fonseca
Enéas da Silva dos Santos
Gilda Almeida de Souza
Gregório Poço
Júlia Roland
Magnus Farkatt
Marcelo Toledo
Neleu Alves
José Carlos Schultz
Pedro Pozenato
Luis Alberto Chaves
Edmundo Costa Vieira
Newton Pereira de Souza
Wellington Teixeira Gomes
Edson Pimenta
José Alvaro Fonseca Gomes
Luiz Gavazza
Nilton Canuto de Almeida
Reginaldo Lira
Josiel Galvão
Julio César Rego Guterrez
Lúcia Regina Antony
Raimundo Moacir Martins

Revisão

Flávio Vilar
Marcia de Almeida
Antonia Rangel

Ilustrações e fotos

Sintaema e jornal "A Classe Operária"

Capa

Bernardo Joffily

Editoração Eletrônica

P&B (Fone: 35-0778)

Fotolito

Ajato (Fone: 279-7254)

Tiragem desta edição 4.000 exemplares

Observação

Os artigos publicados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Companheiro (a) sindicalista

 Brasil vive uma nova crise institucional — desta vez, gerada pelas denúncias bombásticas do ex-assessor da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, José Carlos Alves dos Santos. O escândalo, de proporções incalculáveis, envolve os figurões dos principais partidos conservadores do país (PMDB, PFL e PPR), ministros, governadores e grandes empresas. É um verdadeiro mar de lama, onde o dinheiro público é usado para fins ilícitos.

Uma primeira conclusão de todo este episódio é que realmente o capitalismo está apodrecido. A sua profunda crise mundial se manifesta também no terreno ético, moral. Confirma-se a tese de que a corrupção é algo intrínseco ao próprio sistema. É regra e não exceção. Tanto que a sujeira não atinge apenas os países do chamado “terceiro mundo”, como o Brasil, mas também as grandes potências — como o Japão e a Itália. Como dizia o poeta Cazuza, “a burguesia fede”!

O outro ensinamento é que, mesmo apodrecida, a burguesia não se entrega. Ela manobra para se perpetuar no poder. Usa inúmeros artifícios para jogar todo o peso da grave crise do seu sistema nas costas dos assalariados. Ilustrativo neste sentido é o caso da revisão constitucional. Este golpe, conforme definição dos setores mais sádios da sociedade, parecia estar enterrado de vez com o escândalo da corrupção. Além de ilegal, a sua legitimidade estava abalada.

O que se observa em Brasília, entretanto, é que a elite empresarial insiste em promover a revisão constitucional. Se num primeiro momento ela parecia ter recuado, agora ela articula uma manobra de vulto para viabilizar seu objetivo. Ela tenta encobrir o processo de revisão com a própria apuração das denúncias. Isto fica evidente quando o Congresso Nacional, mesmo desmoralizado, fixa três dias na semana para dar sequência aos trabalhos de revisão.

Os setores democráticos da sociedade e, em especial, o movimento sindical não podem cair nesta armadilha. A exemplo da luta pelo *impeachment* de Collor, seria um erro limitar a pressão popular à exigência apenas de “ética na política”. A batalha contra a revisão constitucional continua na ordem-do-dia. Nela é que se expressa o combate global ao neoliberalismo. A apuração rigorosa das denúncias de corrupção deve servir para bombardear o projeto das elites e não para encobrir o processo “revisionista”.

CPI para valer, punição de todos os corruptos e corruptores e suspensão da revisão constitucional — estas podem se tornar as palavras-de-ordem de uma poderosa campanha contra as manobras da apodrecida elite empresarial do país.

Escândalo do orçamento bombardeia a proposta da revisão constitucional

Antônio Carlos Queiroz *

Quando do fechamento desta edição da *Debate Sindical*, ainda havia dúvidas sobre a realização da revisão constitucional, atingida em cheio pelo escândalo da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Como é que um bando de acusados de cometer falcatruas poderia, legitimamente, mudar a Constituição do país — perguntavam nos corredores da Câmara e do Senado mesmo aqueles que não consideram como golpe o processo revisional.

Mais grave ainda: no rol dos suspeitos de corrupção estão algumas das figuras-chaves do PMDB, um dos eixos do governo Itamar e da própria revisão. Entre eles, Genebaldo Correia e Mauro Benevides, líderes do partido na Câmara e no Senado; Humberto Lucena, presidente do Congresso e da Assembléia Revisora; e Ibsen Pinheiro, relator do regimento do processo revisional.

Diante desta situação, líderes dos partidos de esquerda, como os deputados Vladimir Palmeira(PT), Luiz Salomão(PDT) e Aldo Rebelo(PCdoB), continuavam a lutar para

impedir o prosseguimento da revisão, embora com menos ímpeto, já que o processo parecia naturalmente gorado. Isto é, enquanto todas as atenções do Congresso voltavam-se para a sala da CPI, a mesma sala do Senado onde se instalou a CPI de PC Farias, o plenário da Câmara era um deserto, sempre faltando quórum para a realização das sessões.

Este cenário, entretanto, pode ser enganoso. As lideranças dos partidos majoritários, favoráveis à revisão, ainda faziam grandes esforços para que o processo revisional não ficasse paralisado de vez.

Numa manobra concebida desde o início para atrair os “contra”— como a **Folha de S.Paulo** apelidou os partidos contrários à revisão—, o deputado Ibsen Pinheiro aceitou algumas emendas que diminuíam o absurdo quórum de 117 parlamentares, necessário para, por exemplo, pedir preferência de votação para determinada matéria. Esse número baixou para 59 parlamentares, como exigiram os partidos de esquerda. Ibsen cedeu também à exigência da revisão ser realizada em dois turnos em vez de um turno só, como estava previsto inicialmente, e reduziu de 30 mil para 15 mil o número de assinaturas para as emendas populares.

Ibsen manteve, no entanto, outros dispositivos regimentais francamente autoritários, como os prazos exíguos para deliberação, e inconstitucionais, como a promulgação imediata de matérias aprovada e a votação indiferenciada de senadores e deputados. Este último, um golpe contra o princípio federativo — segundo entendimento do senador e jurista Josaphat Marinho, que lembra a natureza distinta das representações da Câmara e do Senado, aquela vinculada ao povo, este representando os Estados da Federação.

Apesar do mar de lama em Brasília, elites insistem em dar o golpe da revisão

As grandes corporações empresariais e a imprensa dos monopólios participavam também desses esforços para garantir a revisão a todo custo. O jornal **O Estado de S.Paulo** do dia 25 de outubro, por exemplo, publicou o editorial “É preciso fazer a revisão”, resumindo o posicionamento dos revisionistas. Candidamente, o jornal perguntava: “Por que estranho fenômeno a instalação e o funcionamento da CPI do Orçamento estão esvaziando a revisão constitucional?”

Mais adiante, ele tentava responder: “o susto, o medo, a comoção têm por vezes o condão de suprimir a fala e imobilizar quem é acometido por grande temor, sentido subitamente. É isso que está ocorrendo com a

maioria dos senadores e deputados? Cumpre a todos entender que a CPI do Orçamento nada tem a ver com a tarefa de rever e aperfeiçoar a Constituição dos miseráveis, muita necessitada de borracha que eliminará de seu texto demasias e impropriedades, absurdos, disposições meramente adjetivas e concessões que se explicam (mas não se justificam), que acolheu pela circunstância de ter sido elaborada quando o mundo era outro e o regime policial que garroteava a União Soviética e seus satélites ainda vigorava”.

Pela enésima vez lembrava o **Estadão** que a Constituição de 1988 foi feita “antes da queda do Muro de Berlim” e que, agora, quem a defende são “esses albaneses”, que se recusam a aceitar a “modernidade”, a “democracia econômica”, “a privatização das empresas estatais”; pessoas “reacionárias” que “ainda se auto-intitulam progressistas”. O editorial era um vigoroso chamamento “às lideranças mais autênticas da Câmara e do Senado” (isto é, as favoráveis à revisão neoliberal) para não deixar a peteca cair.

Espertamente, essas tais lideranças tentavam transformar a adversidade em motivos extras para justificar a revisão. Como estes aqui: “a Comissão de Orçamento tem um esquema de corrupção? Vamos extipar esta Comissão. O Congresso tem muitos parlamentares pilantras? Vamos reduzir o número de parlamentares, para melhor controlá-los”.

No dia 26 de outubro, a realização da revisão era incerta assim como incertos eram os desdobramentos da crise aberta pelo escândalo da Comissão do Orçamento. O maior temor dos setores de direita era que o aprofundamento das investigações pudesse favorecer o candidato a presidência do PT, Luís Inácio Lula da Silva.

Cenário bastante confuso coloca dúvidas sobre o futuro político do país

Para se ter uma idéia da confusão em que o país estava metido, bastava dar uma olhada em três cenários de Brasília:

Jaílton Garcia



As recentes denúncias podem reforçar as mobilizações de rua contra revisão constitucional

1- Palácio do Planalto. Com dois ministros envolvidos no escândalo — o da Casa Civil, Henrique Hargreaves, e o da Integração Regional, Alexandre Costa —, o presidente Itamar Franco mais uma vez dava demonstrações de nunca ter sido talhado para exercer o cargo de supremo mandatário do país. Dias antes, pela boca de seu líder no Senado, Pedro Simon, ele mandara um recado ao país, oferecendo-se para deixar a presidência e antecipando as eleições gerais do ano que vem, desde que o Congresso Nacional tomasse a iniciativa. Pode ter sido apenas uma manobra para esvaziar esta proposta, feita originalmente pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), mas o recado passado por Simon provocou tremores na política e na economia;

2- Base Aérea. Durante a cerimônia de entrega das comendas da Ordem do Mérito Aeronáutico, com a presença de Itamar, os ministros militares declararam que a situação é normal e que a abertura da CPI do Orçamento não significa “instabilidade” na vida política nacional. O ministro do Exército, Zenildo Lucena, disse que “não deve haver nunca a intervenção dos militares, o Congresso é que deve apurar tudo”. Não foi o que disse, em São Paulo, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o brigadeiro da reserva Ivan Frota, que já lançou sua candidatura à

presidência da República. Frota exigiu que Itamar assuma a liderança da nação, inclusive, se for necessário, governando por meio de medidas provisórias.

“Se não tiver ninguém para apagar a luz, podem ter certeza de que as Forças Armadas estarão lá”, ameaçou o militar, que amenizou a declaração dizendo que “não será por meio da força, mas sim da democracia”. Receberam as comendas da Aeronáutica em Brasília quatro envolvidos no escândalo do orçamento: os ministros Henrique Hargreaves e Alexandre Costa e os deputados José Luiz Maia (PPR-PI) e Messias Góis (PFL-SE).

3- Ministério da Economia. Uma semana antes, a equipe do ministro Fernando Henrique Cardoso, temendo que a revisão estivesse no fim, entrou em parafuso. Dois de seus mais eminentes colaboradores, Pécio Arida, presidente do BNDES, e André Lara Rezende, negociador da dívida externa, chegaram a pedir demissão, alegando que sem a aprovação do ajuste fiscal ainda este ano suas receitas econômicas não funcionarão. Arida e Rezende voltaram atrás, mas a área econômica sofreu novos abalos com o descarte pelo Palácio do Planalto de um pacote tributário que previa, entre outras medidas, o aumento para 35% da alíquota do imposto de renda para salários acima de CR\$450 mil.

* Jornalista. Assessor de imprensa no Congresso Nacional, Brasília

A plataforma comum dos revisionistas prioriza a desnacionalização do país

Bernardo Joffily *

Nas histórias de crime, o detetive nunca esquece a pergunta-chave: *Quid prodest?* A quem serve? Se o detetive descobre a resposta, já resolveu mais da metade do mistério. O mesmo método vale para a revisão constitucional, que já foi taxada de “golpe”, “trambique”, “arrombamento”, e “estupro”. A quem serve? A chave do enigma aparece claramente na plataforma econômica revisionista.

Alguém pode argumentar que nem vale a pena seguir essas pistas. Tal como nos maus romances policiais, a identidade do culpado salta aos olhos, está na cara. Até gente que entende pouco de *economês* é capaz de descobri-lo. Dia 15 de setembro, representantes de 79 povos e 47 organizações indígenas, reunidas em Brasília, proclamavam em manifesto: “As pessoas que defendem a revisão constitucional não têm qualquer compromisso com um Brasil mais justo. Sob o pretexto de desenvolvimento, propõem um ajuste econômico que significa apenas abertura para o capital estrangeiro”.

Ocorre que a luta social é mais complicada que as histórias de detetives. E a análise da plataforma econômica dos revisionistas ensina muitas coisas sobre o caráter desse personagem coletivo que atende pelo apelido de **elite**.

Retornemos cinco ou seis anos no tempo, até a época da Constituinte. O povo brasileiro vinha numa trajetória ascendente de conquistas democráticas e acúmulo de forças: retomada das greves e fim do Ato 5 em 1978; reorganização da UNE e Anistia em 79; vitórias eleitorais da oposição em 82; fundação da CUT em 83; campanha das “Diretas Já”

em 84; fim do regime militar, legalidade para os comunistas e diretas para os prefeitos das capitais em 85; a maior greve geral da história do Brasil, em 86. No plano internacional, o neoliberalismo já avançava, tendo à frente a dupla Reagan-Thatcher; mas não em forma de avalanche.

Logo ficou claro que a Carta de 88 seria uma pedra no sapato da elite

Nestas condições, a Constituinte foi uma longa sequência de quedas-de-braço, em que a elite ganhou umas mas perdeu outras. O *lobby* patronal-conservador jogou duro. Organizou com parlamentares de direita sua bancada própria e suprapartidária, o “Centrão”. Mas o “Centrão” não chegou a formar uma maioria sólida e amargou várias derrotas pontuais. Basta reler os editoriais do **Estadão** na época para sentir o clima de indignação e nervosismo que tomou conta dessa gente.

A Constituição saiu cheia de limitações, com um arcabouço geral conservador e alguns pontos francamente reacionários — como o que trata da questão agrária. Porém acertaram os parlamentares que a assinaram mesmo assim. Logo ficou claro que ela seria uma pedra no sapato da elite. Antes mesmo da Nova Carta ficar pronta, José Sarney já se queixava de que ela tornaria o país “ingovernável”.

Veio então a contra-revolução no Leste Europeu e na União Soviética. O vento passou a soprar para a direita. A burguesia mundial, com a norte-americana à frente, desencadeou uma cruzada em todos os continentes sob o estandarte do neoliberalismo. No Brasil, Fernando Collor ganhou a eleição de 89 com esta mesma bandeira. Desde o discurso de posse, Collor abriu fogo contra a Carta de 88. Foi o sinal para o tiroteio recrudescer na mídia, no Parlamento, nos fóruns empresariais. Estava aberta a temporada de caça à “Constituição cidadã”.

O ataque mais rumoroso aconteceu em 17 de junho de 1991 e foi desfechado por José

Fajgenbaum, que chefiava uma missão do Fundo Monetário Internacional em visita oficial ao Brasil. Sem papas na língua, Fajgenbaum chegou logo dizendo, em público, que um acordo duradouro do Brasil com o FMI passava “necessariamente” por mudanças na Constituição. Era uma intromissão tão escandalosa que Collor aproveitou para armar uma cena, solicitando que o Fundo substituisse “seu serviço”.

Naturalmente tudo não passava de teatro. O FMI substituiu Fajgenbaum por um “serviçal” mais discreto, Stevie Beza; mas não se retratou nem voltou atrás. Por sua vez, o governo Collor já vinha obedecendo na prática à “recomendação” do Fundo. Meses antes, pedira a seu assessor Antônio Kandir um plano de reforma constitucional, batizado “Projeto”. E um mês depois (22 de agosto) o ministro da Economia Marcílio Marques Moreira anunciou uma versão revista e ampliada do “Projeto”. Era o “Emendão”, um pacote para modificar nada menos que 22 artigos constitucionais.

Agora adivinhe: qual o conteúdo do “Emendão”? Fim da distinção entre empresas de capital nacional e estrangeiro. Sinal verde para grupos estrangeiros explorarem minérios do nosso subsolo. Abertura para a exploração privada de segmentos cativos do setor público, como o das telecomunicações. Reforma fiscal “simplificadora”. Fim do teto de 12% para a taxa de juros. “Desregulamentação” econômica. Fim da aposentadoria por tempo de serviço. Fim da estabilidade para os funcionários públicos. Fim da gratuidade do ensino. Fim do piso de 18% do orçamento federal destinados à educação. Há apenas uma distinção de vulto, para pior, na plataforma econômica dos revisionistas de 93: ela inclui também o fim do monopólio estatal do petróleo e o fatiamento da Petrobrás. Mas, mesmo sem constar do “Emendão”, este era um objetivo público e confesso do governo Collor.

Qualquer semelhança entre as duas propostas **não é** coincidência. É o mesmo projeto, para atender **aos mesmos** interesses, **das mesmas** classes exploradoras, daqui e de fora.



Ato contra privatização da CSN: elites insistem em entregar de vez o patrimônio nacional

O povo e a elite tiraram ensinamentos opostos do episódio do impeachment

O “Emendão” de 91 não vingou. Esvaçou-se muito antes que sua base de apoio parlamentar chegasse perto dos três quintos da Câmara e do Senado, necessários para a mudança da Constituição. Logo o mau-cheiro que vinha do governo Collor ficou tão forte que tornou-se impossível pensar em reforma constitucional; primeiro era preciso superar a crise de governo.

Porém, logo depois do impeachment o assunto retornou. O povo e a elite tiraram ensinamentos diametralmente opostos do escândalo PC-Collor. Para os trabalhadores e carapintadas que saíram às ruas gritando “Fora Collor”, a derrubada do presidente deveria ser uma mudança no rumo do país. O problema não era apenas a quadrilha de malfeitores instalada no Palácio do Planalto; era preciso também romper com a linha política da quadrilha, inspirada na cartilha neoliberal.

Já os poderosos de sempre fizeram o raciocínio inverso. Afastaram-se de Collor, quando já não havia mais salvação para ele, justamente com o objetivo de salvar o projeto neoliberal. E concluíram que este era importante demais para ficar na dependência de políticas de governo; precisava criar sua própria ordem institucional, política e econômica, a começar pela lei maior, a Constituição.

A febre revisionista contagiou com rapidez fulminante praticamente todos os setores endinheirados. A Fiesp criou nada menos que 16 grupos temáticos, assessorados por especialistas, para destrinchar cada aspecto do problema. As Câmaras de Comércio dos Estados Unidos e da Alemanha também montaram suas pautas. As multinacionais foram ao extremo de constituir informalmente uma nova entidade, o Grupo de Empresas “Brasileiras” de Capital estrangeiro. Outra organização patronal nasceu com o objetivo específico de reunir os grupos interessados no fim do monopólio estatal das telecomunicações. É o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações (INDT), que congrega 24 empresas brasileiras e estrangeiras, entre elas a Globo, o grupo Monteiro

Aranha, o Bradesco, a Odebrecht, a Motorola (americana), a Ameritech (americana), a AT&T (americana), o Banco Safra, a Construtora Andrade Gutierrez, o jornal "O Estado de S. Paulo" e a Rede Brasil Sul.

A Força Sindical, cabeça do sindicalismo de direita, também entrou no time revisionista: publicou suas propostas num calhamaço de mais de 700 páginas, chamado "Projeto para o Brasil". Este livro foi coordenado pelo mesmo Antonio Kandir, o assessor de Collor que elaborou o seu plano de reforma constitucional.

As conclusões dessa gente são fundamentalmente idênticas. Achrom que o Estado deve bater em retirada da economia. E para ocupar o espaço vazio advogam, além da privatização, a desnacionalização — que eles chamam "internacionalização".

A elite faz conta em dólar, importa até água mineral e vai se "desbrasilando"

Chega a surpreender a sem-cerimônia antinacional dos revisionistas. No capítulo da ordem econômica, a "agenda concentrada" que eles propõem para a revisão é uma agenda de recolonização.

Mas a surpresa desaparece quando se examina mais de perto o passado e o presente de "nossa elite". Desde os primeiros passos da nação brasileira, ela sempre esteve muito mais para Silvério dos Reis do que para Tiradentes. Apenas uma parte (a menos forte) buscou desenvolver um projeto próprio, mesmo assim na base da conciliação e nunca do enfrentamento com as metrópoles de ontem e de hoje.

* Jornalista.
Ex-coordenador
de Imprensa da
Executiva
Nacional da CUT

Essa vocação para testa-de-ferro atingiu sua apoteóse com a queda do Muro e da URSS. A "nova ordem mundial" pode estimular nacionalismos, reacionários, chauvinistas e racistas, na Alemanha dos skin-heads, na França de Le Pen ou na Rússia de Boris Ieltsin. Mas tem um efeito bem diverso na classe dominante do Brasil — um país hoje tão carente de nacionalismo avançado, antiimperialista e libertário.

Aqui, pelo contrário, o reacionarismo hasteia a bandeira da desnacionalização. "Nossa" elite vai se "desbrasilando" rapidamente. Já nem finge que tem um projeto para o Brasil. Afasta-se da brasilidade até na maneira de viver e pensar.

Essa gente não se contenta simplesmente em depositar suas gordas economias na Suíça, andar de carro japonês e beber uísque escocês. Agora importa até água mineral, a *Perrier* da França (à venda nos shoppings da alta, acredite se quiser). Manda os filhos estudarem no Primeiro Mundo, a exemplo de Fernando Collor. Compra casas de férias em Miami, pois é muito mais "moderno" ser assaltado lá do que aqui. Só faz conta em dólares. Falta pouco para mudar também de língua, como os aristocratas russos do século passado, que falavam francês para não se confundirem com a ralé.

Em oposição a essa classe dominante apátrida, os trabalhadores e seus sindicatos têm um desafio pela frente: retomarem, num novo patamar, nossas antigas tradições de luta pela verdadeira independência nacional. Hoje talvez elas estejam temporariamente obscurecidas, até porque suportam um permanente bombardeio ideológico hostil. Mas suas raízes estão numa realidade objetiva, que contrapõe interesses muito concretos. A luta em torno da revisão constitucional é uma oportunidade de ouro para mostrá-los à luz do dia e ao alcance da consciência do povo.



Um dos objetivos dos "revisonistas" é o de restringir ainda mais o direito de greve

Os direitos sociais dos trabalhadores continuam na mira dos empresários

Antônio Carlos Queiroz *

Para evitar ainda maior repercussão negativa na sociedade, os parlamentares conservadores e os meios de comunicação deixaram de falar sobre os riscos que os direitos sociais dos trabalhadores correm com a revisão constitucional. Mas ninguém se ilude de que este é um dos capítulos na mira dos empresários, que consideram a Constituição em vigor "muito paternalista" e propõem vários retrocessos. O artigo a seguir aponta os principais alvos do grande patronato neste ponto e aborda também a tendência dos deputados e senadores.

Nas últimas semanas, os jornais e revistas publicaram inúmeras "agendas mínimas" para a revisão constitucional, preparadas pelos setores empresariais - nacionais e estrangeiros. A **Folha de S. Paulo** do dia 13 de outubro, por exemplo, estampou a plataforma do Conselho Integrado das Câmaras de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, que pretende modificar nada menos do que 15 artigos da Constituição Federal. Todas no sentido de minimizar o papel do Estado na economia e abrir ainda mais o Brasil ao capital estrangeiro, desde as telecomunicações até a assistência à saúde. No dia 17 de outubro foi a vez de **O Globo** abrir suas páginas às multinacionais. De novo a "agenda mínima" previa o fim da diferenciação constitucional entre empresas nacionais e estrangeiras, o fim dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações, etc.

Mas, e os direitos sociais e trabalhistas? A grande imprensa tem publicado também pesquisas de opinião entre os parlamentares e os empresários a respeito da questão, mas o espaço dedicado ao assunto é bem menor. Isto porque os deputados e senadores, mesmo aqueles mais reacionários, têm o receio de desagradar os eleitores, às vésperas das eleições gerais do ano que vem. Questões envolvendo a previdência social até conseguem maior repercussão, porque envolvem milhões de dólares que seriam apropriados pelas companhias de previdência privada.

O presidente do Congresso Revisor, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), por exemplo, já disse que o atual Congresso não tem atribuição para fazer uma revisão ampla, dando a entender que a revisão não atingirá os direitos dos trabalhadores. Mas há quem diga que a revisão pode ser amplíssima, a ponto de modificar até mesmo as "cláusulas pétreas" previstas no artigo 60 da Constituição.

Tais cláusulas, segundo o presumível relator do processo revisional, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), seriam intocáveis na revisão, pois o parágrafo 4º do artigo 60 dispõe que não seriam objeto de deliberação as propostas de emendas tendentes a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos poder

es e os direitos e garantias individuais. Os direitos trabalhistas não são considerados "pétreos" e, assim, mesmo na interpretação mais restritiva, poderiam ser modificados. O critério aqui seria exclusivamente político, de acordo com a vontade dos parlamentares revisionistas.

Recentes pesquisas indicam a tendência do Congresso na questão dos direitos sociais

A **Folha de S. Paulo** do dia 17 de outubro publicou uma pesquisa sobre os direitos trabalhistas, feita com 383 deputados e 53 senadores. Dos políticos ouvidos, 47% querem fazer poucas modificações nesses direitos; 38% não pretendem alterá-los; e 11% querem modificá-los mais profundamente. É significativo que 58% dos parlamentares queiram operar alguma modificação nos direitos dos trabalhadores. A seguir um resumo da pesquisa da **Folha**:

— **Direito de greve** - Deve ser proibida apenas em setores essenciais (74%); nenhum trabalhador deve ser proibido de fazer greve (20%);

— **Salário Mínimo** - Deve permanecer nacionalmente unificado (45%); deve ser regionalizado (30%); deve ser objeto de livre negociação (21%);

— **Aposentadoria** - Manter exatamente como está na Constituição (40%); defendem outra fórmula (32%); apenas por idade (18%); apenas por tempo de serviço (5%);

— **Estabilidade da gestante no emprego** - Precisa ser mantida como está (69%); precisa ser remetida para a legislação ordinária (21%); precisa ser reduzida (4%); precisa ser ampliada (3%);

— **Licença Paternidade** - Precisa ser mantida como está (46%); precisa ser remetida para a legislação ordinária (22%); precisa ser abolida (20%); precisa ser reduzida (8%); precisa ser ampliada (3%);

— **Licença Maternidade** - Precisa ser mantida como está (59%); precisa ser remetida para a legislação ordinária (23%); precisa

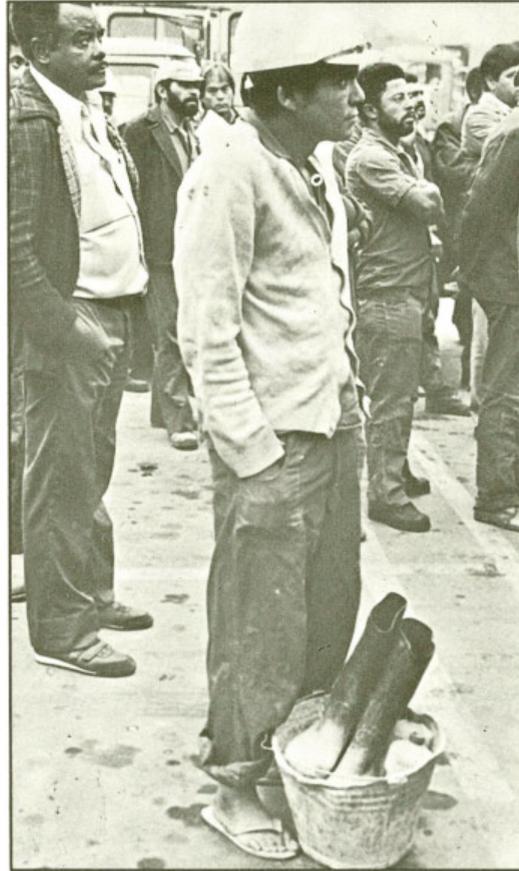
ser reduzida (14%); precisa ser ampliada (2%);

— **Extensão de Direitos Sociais aos Trabalhadores Domésticos** - Devem ser estendidos (38%); não devem ser estendidos (31%); devem ser estendidos com restrições (22%); devem ser remetidos à legislação ordinária (3%).

É óbvio, e a **Folha de S. Paulo** assinala isto, que os parlamentares de direita são os mais conservadores a respeito dos direitos dos trabalhadores. Podem-se fazer muitas interpretações sobre estes dados, dos quais excluimos as respostas "outras", "não sabe", etc. por serem pouco significativas. Fazemos apenas uma interpretação, a respeito da extensão desses direitos às empregadas domésticas, que é aceita por apenas 38% dos parlamentares. Os que não a aceitam (31%), mais os que a aceitam com restrições (22%), mais os que estão em cima do muro (3%) somam 56% dos pesquisados. Talvez não seja exagerado dizer que esses parlamentares ainda têm resquícios de mentalidade escravagista, já que não concebem que suas empregadas tenham direitos iguais aos de outros trabalhadores. É nas mãos desses políticos que se encontra a responsabilidade pela revisão da Constituição brasileira.

**Empresários não escondem
o seu desejo de atacar as
conquistas trabalhistas**

Uma outra pesquisa semelhante, feita pela **Gazeta Mercantil** e pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp), publicada num caderno especial da **Gazeta** no dia 21 de outubro, é ainda mais cristalina sobre o que pensam os empresários e os parlamentares a respeito dos direitos trabalhistas. Os pesquisadores preocuparam-se em levantar os "aspectos negativos" e "positivos" da Constituição na visão daqueles dois segmentos, complementando as informações com graus de "prioridade" para a sua revisão. De acordo com a pesquisa, a maioria dos empresários ouvidos (58%) só considera



Michèle Milano

Os poucos direitos estão ameaçados

a Constituição positiva sob o prisma da "consolidação democrática", um índice bem mais drástico do que o dos congressistas (83,9%).

Se a revisão dependesse dessa pesquisa, a estabilidade após cinco anos dos servidores públicos não concursados estaria com os dias contados. Os empresários avaliam que este dispositivo constitucional é extremamente negativo (89,9%) e dão grande prioridade à sua extinção (68,4%), contra, respectivamente, 67,3% e 54,8% por parte dos congressistas. A estabilidade do concursado após dois anos corre menos risco. Os empresários a avaliam muito negativamente (87,1%) e dão-lhe alta prioridade para a revisão (65,9%), mas os congressistas nem tanto: 40,7% e 42,4%. A licença paternidade é vista com maus olhos pelos patrões (79,3%), mas apenas 35,4% querem modificá-la com prioridade. Os índices dos congressistas neste item são 46,8% e 34,6%. Outros itens da pesquisa da **Gazeta**:

Temas	EMPRESÁRIOS		CONGRESSO NACIONAL	
	Avaliação negativa	Prioridade	Avaliação negativa	Prioridade
Greve em setores essenciais	75,5%	55,8%	51,6%	43,7%
Contribuição Sindical	74,4%	32,6%	57,3%	39,9%
Sindicalização no serviço público	67,4%	38,5%	36,0%	31,3%

Se a revisão dependesse só dos empresários, logo estaria inaugurado no Brasil um verdadeiro paraíso neoliberal antitrabalhista, a julgar pelos índices negativos dos seguintes

dispositivos constitucionais (acima de 50%), sempre de acordo com a pesquisa da **Gazeta Mercantil**:

Temas	EMPR.	CONG.
Estabilidade do servidor não-concursado após 5 anos	89,9%	67,3%
Estabilidade do servidor concursado após 2 anos	87,1%	40,7%
Licença-paternidade	79,3%	46,8%
Greve sem restrições quanto a setores essenciais	75,5%	51,6%
Contribuição sindical obrigatória	75,4%	57,3%
Proteção contra automação	73,7%	30,8%
Direito à sindicalização e à greve no serviço público	67,4%	36,0%
Licença à gestante	51,8%	18,2%

* Jornalista. Assessor de imprensa no Congresso Nacional, Brasília

Urgência da ação política do sindicalismo na luta contra o arrastão das elites

Nivaldo Santana *

Mesmo com a sequência de escândalos de corrupção, que colocam em xeque a própria legitimidade da revisão constitucional, as elites ainda insistem em promover este golpe. Para elas, a revisão é decisiva nos seus planos de facilitar a exploração dos trabalhadores e de permitir o saque completo do país. Diante deste "arrastão", como deve atuar o movimento sindical? Qual o seu papel na atual conjuntura? Estas são alguns das questões que o artigo abaixo procura tratar.

Uma característica particular do sindicalismo classista e a de não circunscrever o raio de atuação dos trabalhadores apenas a esfera da luta econômica. Esta é importante, mas insuficiente para dar cabo dos principais desafios postos ao movimento sindical. É no terreno da luta política que se explicitam com maior nitidez as contradições de classe e em que se decidem os diferentes interesses em jogo na sociedade. Todos os problemas que afligem os escravos do salário estão vinculados à questão política, à questão do poder.

A ação política dos trabalhadores requer um trabalho consciente e organizado. Neste terreno, o sindicalismo tem condições de dar importantes contribuições. Prostar-se diante da espontaneidade do movimento seria condená-lo "a manifestar inevitavelmente certos aspectos reacionários, certa estreiteza grupal, certa tendência para o apoliticismo, certo espírito de rotina, etc."(Lênin)

Estas reflexões preliminares se justificam porque o sindicalismo brasileiro parece gastar a maior parte de suas energias na luta

titânica para enfrentar o arrocho salarial, o desemprego, a terceirização, as novas técnicas de gestão do trabalho, etc. Entretanto, ele encontra imensas dificuldades para fazer repercutir no cenário político suas opiniões de fundo sobre como atacar não só as consequências, mas, principalmente, as causas da crise no nosso país.

Realizar um diagnóstico preciso desta debilidade e, no plano da ação, encontrar as formas concretas de intervir na luta política são questões decisivas para o sindicalismo - em especial, diante da atual situação do país, tão conturbada e cheia de possibilidades.

O Brasil se encontra no fundo do poço e aumenta a submissão ao imperialismo

Dominado por uma elite reacionária e entreguista, o Brasil vive em crise permanente, profunda e em agravamento. Estamos no fundo do poço e o futuro do nação está em jogo. O projeto das classes dominantes é o de fazer deste imenso país força caudatária das grandes potências imperialistas, ajustando o Brasil ao figurino neoliberal elaborado pelo FMI. Ao invés da tão propalada integração do país à "nova ordem mundial", o que as elites pretendem na verdade é a total desintegração da nação brasileira.

Não é por por outra razão que o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, insiste na política de privatização, na manutenção das altas taxas de juros, no corte dos gastos sociais, no aumento dos impostos, etc. Tudo isto para saciar o apetite dos "nossos" credores, sempre em detrimento dos interesses nacionais e do povo.

Neste mesmo rumo se enquadra o verdadeiro arrastão das elites em defesa da revisão constitucional. Seu objetivo é rasgar a atual Constituição e substituí-la por outra, fragilizando o papel do Estado, expurgando do capítulo da ordem econômica os artigos de defesa da soberania nacional, anulando as

conquistas sociais e atacando princípios democráticos inscritos na Carta de 88.

Estes aspectos foram bem fundamentados no artigo de Antônio Carlos Queiroz, publicado na edição passada da **Debate Sindical**, e não cabe aqui repetir os argumentos. Vale a pena, isto sim, referir-se a dois fatos novos que marcaram a luta em torno da revisão nas últimas semanas. São fatos conjunturais que merecem o acompanhamento atento do movimento sindical.

O primeiro é que a fúria dos revisionistas parecia, num primeiro momento, não encontrar quaisquer obstáculos. Os representantes das elites rasgaram o regimento interno do Congresso Nacional e, mesmo sem quórum, aprovaram o início dos trabalhos da revisão. Contestados pela justiça, afrontaram o poder judiciário. Vencendo este primeiro *round*, ainda formularam regras draconianas para inviabilizar a participação dos partidos e das entidades que compõem o "Movimento Cívico Contra a Revisão Constitucional".

O segundo fato político, este sim bastante promissor, é que a alegria dos revisionistas acabou esbarrando em enormes percalços. Além da firme resistência dos partidos populares e das entidades democráticas da sociedade civil - que continuam a bater na tecla de que a "revisão é golpe" e insistem em obstruir os seus trabalhos -, uma sucessão de escândalos abalou as estruturas de Brasília.

Solidez dos revisionistas se desmancha no ar poluído pelas provas de corrupção

O rolo compressor dos revisionistas bateu de frente com as bombásticas denúncias do economista José Carlos Alves dos Santos, ex-assessor da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional e também do ex-ministro da Fazenda do governo Collor, Marcílio Marques Alves. As novas denúncias parecem confirmar aquele ditado popular que diz que "para alguma coisa a desgraça serve".

As câmeras de televisão agora mudaram de foco. O mar de lama da corrupção atinge



Ato unitário contra o "golpe" da revisão: unir as forças democráticas para derrotar as elites

parlamentares, ministros, governadores, empreiteiras e, ironia do destino, os próprios líderes da chamada Assembléia Revisora. A solidez dos revisionistas mostra seu aspecto frágil e se desmancha no ar poluído de corrupção. Diante deste escândalo, qualquer mudança na atual Constituição será facilmente questionada pela sociedade. A vidraça dos revisionistas ficou ainda mais vulnerável.

No momento em que este artigo era redigido, a CPI do Orçamento (melhor seria chamá-la de CPI da corrupção) ouvia os primeiros depoimentos. Pelo andar da carruagem, já se vê figuras graúdas da República envolvidas no roubo do dinheiro público. O odor da ladroagem empestia os ares brasileiros. A sucessão de escândalos só confirma a tese de que a corrupção faz parte da lógica do próprio capitalismo. Não é exceção, mas sim regra do sistema!

Suspender os trabalhos da revisão, apurar e punir os culpados de corrupção

Feitos estes rápidos comentários, retornamos ao início deste artigo. Diante dos fatos recentes e da própria fragilização das institui-

ções "democráticas" da burguesia, o movimento sindical classista pode e deve jogar um papel de proa na luta política em curso. Nada justifica o pouco empenho num novo quadro que abriu algumas brechas para os anseios progressista. Nesta ação imediata, o sindicalismo dará novos passos para gestar as condições necessárias às mudanças nos rumos adversos impostos pela ofensiva neoliberal.

Junto com os partidos e entidades progressistas, o sindicalismo deve exigir ainda com mais força a imediata suspensão dos trabalhos da Assembléia Revisora. Outra exigência fundamental do momento é a da apuração rigorosa das denúncias de corrupção e da completa e exemplar punição dos envolvidos nestes esquemas ilícitos - tanto dos corrompidos como dos corruptores (no caso, as grandes empreiteiras).

É por esta via que o movimento dos trabalhadores deve avançar para a unidade das forças nacionais e democráticas, preparando terreno para intervir com maior vigor rumo às transformações de fundo reclamadas pela realidade brasileira. Só desta forma fortaleceremos a visão classista do sindicalismo, contribuiremos para dar maior dinamismo à nossa central, a CUT, e para desmascarar a *Força Sindical* de Medeiros, fiel aliada dos empresários no arrastão da revisão constitucional.

* Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo e membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista-CUT

Elites querem fraudar a Constituição atacando às liberdades democráticas

José Carlos Ruy *

Não são somente os direitos sociais dos trabalhadores e soberania nacional que estão ameaçados com a atual ofensiva das classes dominantes. Para fazer vingar os seus projetos antipopulares e antinacionais, elas tem necessidade de atacar também as liberdades democráticas, conquistadas após duras lutas do povo brasileiro. O artigo a seguir mostra como a Constituição em vigor vem sendo revisada na prática, com restrições à liberdade de organização partidária e com medidas de elitização ainda maior do processo eleitoral no país.

Quando a lei eleitoral que vai reger as eleições de 1994 foi aprovada na Câmara dos Deputados, em setembro passado, o deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, disse com propriedade, que foi criada “uma reserva de mercado partidária”, tamanhas foram as restrições colocadas para os pequenos partidos. O pretexto era a eliminação das chamadas “legendas de aluguel”, mas, na verdade, busca-se assegurar vantagens eleitorais para os grandes partidos, que tradicionalmente representam, no parlamento e no executivo, os interesses da

elite proprietária brasileira. Para isso, diz Haroldo Lima, deputado do PCdoB, fraudam abertamente a Constituição de 1988 - pela qual, aliás, essas elites não morrem de amores.

A legislação eleitoral, da mesma forma que a partidária, deveria ser elaborada “em consonância com o artigo 17 da Constituição” e este “foi daqueles preceitos redigidos para a Carta Magna com todo o cuidado, procurando-se uma redação precisa, que não permitisse interpretações escamoteadoras da

liberdade partidária a ser garantida. O artigo ficou, enfim, tão preciso e eloquente que se supunha quase auto-aplicável”, diz Haroldo Lima.

O artigo 17 diz, de forma cristalina: “É livre a criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos”. Ele proíbe, como é natural para a defesa do sistema democrático e da soberania nacional, que os partidos recebam recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro, ou se subordinem; exige a prestação de contas à Justiça Eleitoral, a defesa do regime democrático, do pluripartidarismo e dos direitos fundamentais da pessoa humana. É a liberdade registrada nesse artigo que se pretende mudar com a aprovação de uma **lei dos partidos** e com a **lei eleitoral** que regulamenta a eleição de 1994.

Numa democracia autêntica, como fraudadores da Constituição dizem querer (imitando os golpistas de 1964!), não deveria haver restrições para a organização partidária. Todos os grupos políticos teriam o direito de organizarem-se livremente. Este é o espírito do artigo 17 da Constituição Federal. Os conservadores dizem, repetindo o deputado Ulysses Guimarães, que há uma “farra partidária”. Ora, o número de partidos que temos até que não é dos maiores. Na Espanha, por exemplo, que não era um modelo liberal no tempo da abertura controlada do primeiro ministro Adolfo Soares (após a morte do ditador Francisco Franco), existiram nada menos que 160 partidos!

Essa história de dizer que há partidos de mais já é tradicional nos regimes políticos que tivemos depois de 1945. Antes disso, restrições legais dessa espécie eram estranhas a nossa realidade política. A legislação eleitoral de 1932, por exemplo, era liberal. Reconhecia os partidos estáveis, organizados como qualquer sociedade civil, e os aqueles organizados apenas para concorrer a uma eleição, sendo dissolvidos em seguida. Permitia também a apresentação de candidatos avulsos nas eleições, desde que apoiados por um certo número de eleitores.

Em 1937, esse sistema foi interrompido com o golpe que deu origem ao Estado Novo. Os partidos foram fechados e sua reorganização proibida.

Eles só reapareceram na vida política brasileira em 1945, com o fim da ditadura de Vargas, e encontraram as primeiras restrições à sua organização. O código eleitoral daquele ano, elaborado pelos militares e juristas que depuseram Vargas, exigia que, para sua legalização, os partidos apresentassem as assinaturas de 10 mil eleitores, espalhados por cinco Estados, com um mínimo de 500 assinaturas por Estado. Era a estréia, na legislação eleitoral e partidária brasileira, da **cláusula de barreira**, criada com o objetivo de afastar da luta política institucional aquelas forças indesejáveis para as elites dominantes.

As cláusulas de barreira só surgiram na legislação do país depois de 1945

Em maio de 1946, o presidente Dutra ampliou a exigência para 50 mil assinaturas. A lei proibia ainda os partidos considerados “anti-democráticos”, que fossem filiados a organizações internacionais e que recebessem dinheiro do exterior. Este dispositivo legal tinha um endereço certo, e seu caráter anti-democrático ficou visível na única vez em que foi usado, na cassação do registro do Partido Comunista do Brasil, em 1947.

Pela lei eleitoral de 1945, os partidos deveriam ser registrados no Tribunal Superior Eleitoral, mas tinham estatuto de sociedades civis, regidas pelo Código Civil. A partir de 1950, a lei passou a considerá-los pessoas jurídicas de direito público. A partir de então, os estatutos, programa e a vida do partido passaram a ter um controle de fora, deixando de ser livres. A lei também mudou os critérios para legalizar um partido. Ele deveria ter 50 mil votos, em pelo menos 5 circunscrições eleitorais, e ter um deputado.

Grande parte dessas regras visavam, é claro, bloquear os comunistas. As eleições de 1945 haviam mostrado às forças mais conservadoras as grandes possibilidades eleitorais do Partido Comunista cujo candidato à presidência da República, Yedo Fiuza, lançado apenas 15 dias antes da eleição, obteve quase

10% dos votos: 569.818, num eleitorado de 5,8 milhões. O Partido Comunista elegeu ainda um senador e 14 deputados à Assembléia Constituinte, e seu desempenho eleitoral nos grandes centros urbanos foi notável. Venceu a eleição em inúmeras capitais e cidades importantes, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife (onde teve 40% dos votos), Natal, Aracajú, Santos, Campinas, Sorocaba, Olinda, etc. Em 1947, nas eleições estaduais e municipais, o partido novamente confirmou sua performance: dos 855 deputados estaduais eleitos, 46 foram comunistas, espalhados por 15 dos 20 Estados onde houve eleição. Elegeu ainda 18 vereadores no Rio de Janeiro, a maior bancada local. Tornou-se a terceira força política em São Paulo, logo abaixo do PSD e do PTB. Nessa situação, o Partido Comunista consolidou-se como a quarta força política nacional e como um grande partido de massas. Moisés Vinhas estima que, na ocasião, ele tinha 200.000 filiados, 60 mil dos quais em São Paulo.

Com a cassação do Partido Comunista em 1947, o quadro partidário ficou com apenas 3 grandes partidos nacionais, o PSD, a UDN e o PTB. Os dois primeiros, mais conservadores, dominavam amplamente um quadro político que, no entanto, evoluiu de modo desfavorável à direita. De tal forma que, na eleição de 1962, já no final do período democrático da Constituição de 1946, PSD e UDN estiveram a um passo de tornarem-se minoritários na Câmara Federal. Em 1962, eles tinham juntos 54% dos deputados federais, quando em 1945 tinham cerca de 75% do eleitorado e mais de 80% da representação parlamentar!

Havia outro problema: nem mesmo o PTB, partido reformista que Getúlio imaginou para se contrapor à influência comunista entre os trabalhadores, tinha seu futuro assegurado. Ao contrário, estagnara em torno dos 14% dos votos em 1962, após um crescimento a partir dos 8% em 1945.

Por outro lado, cresciam as alianças e coligações, em especial as formações mais à esquerda, de caráter nacionalista e popular, que engrossavam a Frente Parlamentar Nacionalista.

Os ataques à liberdade de organização dos partidos lembram período da ditadura

O golpe militar de 1964 foi uma resposta das elites brasileiras, aliadas ao imperialismo, às ameaças que essa evolução representava para seus interesses. As eleições de 1965, realizadas sob o regime militar, ainda ocorreram com o quadro partidário vigente antes do golpe, desfalcado pela cassação de 31 deputados do PTB e mais 10 parlamentares progressistas de outros partidos. A grande derrota sofrida, no entanto, levou a ditadura a extinguir todos os partidos existentes e criar regras de difícil atendimento, para forçar a criação do sistema bi-partidário. Era preciso ter partidos sólidos, diziam os militares e seus ideólogos, argumento semelhante ao usado hoje pelos pregoeiros das restrições à livre organização partidária, e os militares e seus acólitos sonhavam com um sistema bipartidário copiado do que existe nos Estados Unidos.

A mudança para o bipartidarismo se deu em duas etapas. Primeiro, se determinou que qualquer partido deveria cumprir as seguintes condições: ter 3% dos votos nas eleições legislativas, em 11 Estados, e no mínimo 2% dos votos por Estado; eleger 12 deputados federais, distribuídos por 7 Estados; ter pelo menos 11 diretórios regionais, organizados obrigatoriamente por diretórios municipais que, por sua vez, só podiam ser organizados se o partido tivesse um mínimo de eleitores por município.

Eram condições draconianas, feitas para impedir a sobrevivência de organizações populares ou progressistas. Somente a UDN e o PSD conseguiriam cumprí-las - justamente aqueles partidos da elite que, ano a ano, o povo repudiava nas urnas.

Alguns meses depois, os militares endureceram ainda mais. Com a edição do Ato Institucional nº 2, que ampliava os poderes ditatoriais do general que estivesse à frente da presidência da República, todos os partidos políticos foram fechados, sendo criadas difi-

culdades ainda maiores para a reorganização partidária. Além das exigências anteriores, os partidos deveriam agora ter 120 deputados federais e 20 senadores para poderem existir, e não podiam usar nomes, siglas ou símbolos das antigas organizações. Surgiram então a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que eram herdeiros dos principais blocos parlamentares que se defrontaram nos anos anteriores. Na Constituição outorgada de 1967, a cláusula de barreira foi elevada 10%, sendo reduzida, por ser considerada absurda pelos próprios militares, em 1969, na Constituição do AI-5, para 5%.

Nas condições adversas da resistência à ditadura militar, o MDB foi um partido tão mirrado nos seus primeiros anos de vida que, em 1974, o governo do general Geisel resolveu permitir a propaganda eleitoral gratuita no rádio e TV. O objetivo era dar algum fôlego à oposição legal, dar uma arrancada no projeto de "distensão" política, e impedir aquilo o que os ideólogos da ditadura julgavam ser uma tendência ao partido único. Foi um erro de cálculo, que facilitou o enorme crescimento do partido de oposição que, em eleições sucessivas, foi se tornando nitidamente majoritário, a despeito de todas as regras adversas.

Reforma partidária de 79 foi feita para dividir o MDB e fortalecer o governo

Por isso, em dezembro de 1979, numa manobra cujo objetivo era igualmente fragmentar a frente oposicionista formada pelo MDB, o general Figueiredo comandou uma jogada oposta à de 1965: ampliou o leque partidário para confundir o campo democrático. Abrandou as exigências para a organização partidária, permitindo o aparecimento de novas agremiações e criou normas que impediam a coligação eleitoral dos partidos. Antes da reforma, a Arena tinha 231 deputados federais, e o MDB tinha 189. Depois da reforma, em março de 1980, o PDS (Partido Democrático Social, herdeiro da Arena, e sustentáculo parlamentar do regime dos generais) tinha 225 deputados. O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, herdeiro do MDB, ficou reduzido a apenas 94 deputados - a metade do que tinha antes da reforma! Os demais deputados ficaram divididos entre o efêmero Partido Popular, de Tancredo Neves (68 deputados); Partido Trabalhista Brasileiro (23 deputados); Partido



Burguesia deseja uma democracia sob total controle, que a garanta eternamente no poder

dos Trabalhadores (5 deputados), além de 5 indecisos.

A ditadura conseguiu preservar sua base parlamentar, e pulverizar a frente oposicionista, dividida agora em quatro partidos, sendo que um deles, o PP, era notoriamente moderado. "Em meio a resmungos oposicionistas e denúncias de toda natureza a respeito dos métodos usados para o aliciamento de novos adeptos", diz a revista *Visão*, "o PDS está, portanto, em condições de oferecer ao presidente João Figueiredo a necessária base parlamentar para a tarefa de transformar o processo de 'abertura' política numa obra perfeita e acabada".

Mas a reforma ainda não estava acabada, e nem tão perfeita como apregoavam os conservadores. Leonel Brizola, por exemplo, nunca aceitou que o grupo fisiológico e direitista aglutinado em torno da deputada Ivete Vargas, por influência e pelas artimanhas do Palácio do Planalto, ficasse com a sigla histórica do PTB. Assim, quando o TSE decidiu, em maio de 1980, que a sigla ficaria mesmo com Ivete Vargas e outros serviços da ditadura, Brizola organizou o PDT (Partido Democrático Trabalhista), fiel às tradições progressistas e ao socialismo do velho PTB de Getúlio Vargas e João Goulart.

Em janeiro de 1982, a lei dos militares impediu as coligações, ao exigir que cada partido tivesse "candidatos a todas as eleições a se realizarem na respectiva circunscrição" (lei nº 6.978, de 19.01.1982). Outro dispositivo legal reforçava aquele, ao ameaçar de anular todos os votos recebidos pelo partido que, a critério das autoridades, desistisse "expressa ou tacitamente" de concorrer às eleições majoritárias. A expressão "desistência tácita" criou inclusive a possibilidade de o governo discutir, a posteriori, os resultados eleitorais.

A manobra tinha um inconveniente, porém. Era preciso que o MDB se dividisse, desmanchando a coligação liberal popular que a mantinha, e que o governo conseguisse atrair para seu lado o outro grande partido potencial, que seria o Partido Popular, formado pelos setores mais moderados da oposição. Isso, porém, não ocorreu. A legislação partidária não atendeu às exigências dos libe-

rais mais conservadores, como Tancredo Neves, a despeito de todos os esforços de conciliação. Homens como Paulo Maluf (SP), Antônio Carlos Magalhães (BA) e outros destacados dirigentes do PDS não aceitaram a idéia de dois partidos de apoio ao regime, antevendo a possibilidade de terem de repartir o botim governamental a nível dos Estados.

A lei limitou o número dos partidos, mas não alterou a tendência do eleitorado

Impedido de ter acesso às máquinas estaduais, o PP radicalizou-se e buscou uma aliança com o PMDB, ameaçando então o domínio do PDS em quase todos os Estados. Temendo a derrota eleitoral, o regime decretou a vinculação total dos votos, uma medida sem paralelo na história dos partidos no Brasil.

Surgiram assim os partidos que disputaram as eleições de 1982, a primeira eleição direta para governadores desde 1965, e os ardis da ditadura não impediram a derrota eleitoral memorável do PDS e dos generais naquela eleição. O casuismo extremo, porém, contribuiu para que a derrota não fosse tão catastrófica para o regime.

É óbvio, porém, que a lei pode impor o número e o tipo de partidos possíveis, mas ela não altera a realidade nem muda automaticamente as tendências do eleitorado. Tenta tapar o sol, apenas. Qualquer observador menos ingênuo podia ver, dentro dos partidos que surgiram da reforma de 1979 e dos casuismos que a seguiram, vários outros partidos, expressão de correntes de pensamento que existentes entre o povo brasileiro - dentro do PMDB, por exemplo, estavam o Partido Democrata Cristão, o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro.

A derrota da ditadura na eleição presidencial indireta de janeiro 1985 deu início à transição conservadora para a democracia. O

partido dos militares, o PDS, literalmente implodiu. Um expressivo grupo de dissidentes da ditadura, comandados por José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Marco Maciel, Aureliano Chaves, separou-se dele para formar, primeiro a Frente Liberal - que votou em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral - e, em 1985, o PFL (Partido da Frente Liberal).

Em maio de 1985 a Emenda Constitucional nº 25 estabeleceu as regras para a eleição direta do presidente da República, e abrandou as severas normas de organização partidária deixadas pelos militares. A cláusula de barreira foi reduzida para 3% do total dos votos e 2% em cinco Estados diferentes, nas eleições vindouras (e não em eleições passadas), e o candidato eleito por um partido que não obtivesse esses percentuais poderia, no prazo de 60 dias, optar por qualquer dos partidos remanescentes. Os comunistas puderam também reorganizar legalmente seus partidos - um fato que os analistas consideram prova de que o sistema partidário é realmente democrático. Em maio de 1985, o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista Brasileiro obtiveram seus registros junto ao TSE, iniciando a mais longa fase legal que conheceram no Brasil.

Na eleição daquele ano, a primeira realizada na Nova República, concorreram 30 partidos - entre eles já tradicionais conhecidos (PMDB, PDS, PT, PDT, PTB), além do PFL e dos partidos comunistas. Os demais eram pouco conhecidos, que surgiram com as facilidades da Emenda Constitucional nº 25 (que permitiu que os "partidos em formação" pudessem participar daquela eleição). Muitos desses partidos tinham perfil ideológico definido, como o PSB (Partido Socialista Brasileiro), o PL (Partido Liberal), o PDC (Partido Democrata Cristão) ou o PH (Partido Humanista). Outros eram partidos organizados em torno de lideranças políticas regionais expressivas, que julgavam-se sem espaço nos outros partidos. E havia, finalmente, aqueles que são claramente "legendas de aluguel", com o único objetivo de obter lucros financeiros no processo eleitoral. O Partido Municipalista Brasileiro, de Armando Correia da Silva (que, em 1989, negociou sua legenda para que Sílvio Santos pudesse concorrer à

presidência da República) parece o caso mais notável desse mau uso da liberdade partidária. O PSD, dos deputados Onaireves Moura e Nobel Moura - acusados de comprar o passe de deputados que aceitassem filiar-se ao PSD para que o partido conseguisse o número mínimo de deputados exigido pela lei de setembro de 1989 para ter candidato próprio a presidente - é, em nossos dias, outro caso notável de legenda de aluguel.

Acabar com as legendas de aluguel ou golpear as forças progressistas da sociedade

A cantinela dos que querem acabar com a liberdade de organização partidária vem desde a promulgação da Emenda Constitucional número 25, em 1985. O então vice-líder do PDS, o deputado Amaral Neto (aquele que quer a pena de morte a todo custo), um direitista histórico, dizia, naquele ano, que "esta história já virou quitanda. Todo mundo que quiser pode criar seu partido". O **Jornal da Tarde**, de propriedade da família Mesquita, donos do conservador **O Estado de S. Paulo**, dizia que a emenda número 25 "criou facilidades excessivas para o registro e o funcionamento dos partidos", e esperava da Assembléia Nacional Constituinte "critérios um pouco mais rígidos". Marco Maciel, que foi um líder de destaque dos governos militares, e era chefe do Gabinete Civil do governo de José Sarney, dizia que o problema crucial da consolidação democrática era a criação de um sistema partidário que funcione, "ou nos arriscamos a viver de crise em crise". Ele também esperava que a nova Constituição impusesse condições mais rígidas. "A atual lei partidária é desastrosa na medida em que permitiu a desenfreada proliferação de legendas". Se a liberdade de organização partidária for mantida, será preciso - pensava - impor a cláusula de barreira: se uma legenda não conquistar determinado número de votos em eleições gerais e nacionais, ficará automaticamente cancelado o seu registro.

Argumentos semelhantes aos defendidos hoje pelos que querem colocar uma camisa

de força na organização partidária. Em fevereiro de 1992, Ulysses Guimarães encontrou-se com o presidente Fernando Collor para tratar das reformas políticas que julgavam necessárias para o país. Concordaram que, “no caso do legislativo, é prioritário, quer seja no presidencialismo, ou no parlamentarismo, o voto distrital”. E uma das razões apresentadas por Ulysses Guimarães era justamente a devastação que a introdução do voto distrital provocaria entre os partidos menores: “um grande número de partidos desaparecerá se for adotado o voto distrital”, disse Ulysses. O voto distrital é aquele em que os candidatos ao legislativo concorrem apenas em seu distrito eleitoral, não tendo validade os votos que porventura possam ter recebido em outros distritos. Seu resultado, além de ampliar consideravelmente a influência do poder econômico nas eleições, é distorcer profundamente os resultados eleitorais. Na França, por exemplo, onde esse sistema é adotado, a direita teve, na última eleição parlamentar, pouco mais de 40% dos votos, mas ficou com quase 80% das cadeiras no parlamento. Esse é o sistema que, juntamente com a manietação dos partidos políticos, os conservadores querem adotar no Brasil. Em maio de 1992, por exemplo, o então presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, repetia esse argumento. Ele dizia que “enquanto continuarmos sob o sistema do voto proporcional, com a atual proliferação partidária e o sistema representativo artificial que aí está, nem funciona o presidencialismo, nem o sistema parlamentarista de governo. A marca é a da instabilidade institucional e do receio de que os velhos fantasmas voltem a rondar o país”.

A **lei dos partidos** desejada pelos conservadores causa controvérsia entre os parlamentares. O projeto de lei, já aprovado pelo Senado, está congelado na Câmara dos Deputados, parado, e há sinais de que partidos como o PSDB e o PDT perderam o entusiasmo com ela desde que perceberam que, na eleição de 1994, seu desempenho ficará abaixo da cláusula de barreira exigida. Com isso, esses partidos correm o risco de deixar de ter expressão parlamentar se a lei for aprovada. Contudo, enquanto isso, a **lei eleitoral** válida para 1994 registra os desejos dos conserva-

dores em limitar a liberdade do processo eleitoral. Segundo essa lei eleitoral, só podem lançar candidatos à presidência da República partidos ou coligações que na eleição de 1990 tiveram 5% dos votos para a Câmara, em 1/3 dos Estados, ou que tenham 15 deputados federais. Diz também que as empresas podem doar até 2% de sua receita bruta, ou 300 mil UFIR (12 milhões de cruzeiros reais na data da aprovação da lei). O favorecimento aos conservadores é visível: uma única grande empresa, que tenha o faturamento de 1 bilhão de dólares, por exemplo, poderá destinar ao partido de sua preferência nada menos que 50 milhões de dólares! E os partidos não são obrigados a dizer quem contribuiu para suas campanhas. “Com isso, o poder econômico terá um peso incontrolável nas eleições”, reconhece a própria revista **Veja**.

Para as elites, Constituição de 88 é democrática demais e deve sofrer alterações

A intenção das classes dominantes brasileiras parece clara. A Constituição de 1988 criou uma situação que, para a elite, é **democrática demais**. O senador José Fogaça, relator dessa matéria no Senado, alega para os líderes dos pequenos partidos sofrem fortes pressões de senadores, principalmente dos setores mais conservadores do PMDB e PFL, empresários e outros representantes das elites econômicas do país. Eles querem uma lei partidária e eleitoral que exclua ou pelo menos limite a ação dos partidos populares e progressistas.

Sob os militares, as classes dominantes tinham uma relação privilegiada com o poder executivo, o legislativo - a Câmara e o Senado - tinha seus poderes severamente restringidos e, mesmo assim, a legislação partidária e eleitoral era draconiana. A elite não corria o risco de crises políticas, aquilo que eles chamam de crise de governabilidade, causadas pela expressão parlamentar do conflito entre os interesses nacionais e populares contra os privilégios da elite. Com a redemocratização,



Jaílton Garcia

Greve dos professores paulistas: a democracia é essencial para o avanço das lutas

esse choque veio à tona. Embora não haja dúvidas sobre o controle da elite sobre o parlamento, a existência de um conjunto de parlamentares progressistas, ligados aos interesses populares, já é suficiente para ameaçar o conluio de proprietários que sempre mandou no Estado brasileiro. Por isso, é urgente, para a elite, criar regras eleitorais e partidárias que mantenham a formalidade democrática do voto popular, mas sem o risco de eleições verdadeiramente livres. A intenção de endurecer essas regras, criando uma cláusula de barreira copiada da legislação da ditadura, introduzindo o voto distrital e outras artimanhas para impedir que o voto dos eleitores leve ao parlamento deputados sem compromissos com a elite, tem esse sentido.

BIBLIOGRAFIA

- Arantes, Aldo, "O golpe da revisão constitucional ampla", *Princípios*, Nº 29, Maio/Junho/Julho de 1993.
- Chagas, Carlos. "Objetivo real da reforma é enfraquecer oposições", *O Estado de S. Paulo*, 17/5/81; "Partidos Fortes"; idem, 30/8/86.
- *Folha de S. Paulo*, 18/08/85; 02/10/93
- *Jornal da Tarde*, 18/08/85; 26/08/85
- *Jornal do Brasil*, 28/02/92.
- Lamounier, Bolivar, e Meneguello, Rachel, *Partidos políticos e consolidação democrática - o caso brasileiro*, Brasiliense, SP, 1986.
- Lima, Haroldo. "Ameaça à liberdade partidária", *A Classe Operária*, 07/06/93; "PMDB prepara arapuca", idem, 16/08/93; idem, 30/08/93.
- *O Globo*, 28/04/92.
- Pereira, Raimundo; Caropreso, Alvaro; Ruy, José Carlos, *Eleições no Brasil Pós 64*, Global, SP, 1985.
- *Revista Isto É*, 15/09/93.
- *Revista Veja*, 17/11/82; 15/09/93.
- *Revista Visão*, 17/3/80.

* Jornalista. Trabalhou nos jornais **Movimento e Retrato de Brasil.**

Jaillon Garcia



Mundo do trabalho e sindicalismo: crise, impasses e desafios

Ricardo Antunes *

No artigo a seguir, o professor Ricardo Antunes, um dos mais respeitados estudiosos da questão sindical no Brasil, aborda as transformações em curso no mundo do trabalho e seus reflexos no sindicalismo internacional e nacional. Ele também polemiza com certas concepções sindicais de viés socialdemocrático, trata da atual crise de identidade da CUT e aponta os enormes desafios das correntes que não abandonaram a perspectiva socialista.

O sindicalismo brasileiro, em especial aquele segmento que compreende o chamado movimento sindical combativo, vive seu momento mais difícil, nestes primeiros anos da década de 90. Depois de ter presenciado significativo avanço, durante a década passada, vê-se hoje frente a desafios e impasses que conformam um quadro que pode ser chamado de preocupante e mesmo crítico. Centrado ao longo dos anos 80 sua atuação através do *confronto* e da *resistência*, neste momento em que tem sido cobrado para oferecer propostas alternativas, o movimento sindical, que tem a CUT como referência central, está presenciando uma fase de *negociação* e *participação* que, embora tenha a *aparência* de um avanço — uma vez que lhe permite “participar”, junto com o capital, de decisões políticas e setoriais — está, em verdade, vivenciando um grande retrocesso, tanto ao recusar o seu passado mais ousado, como por não oferecer uma *alternativa* duradoura e inspirada em elementos estratégicos, que efetivamente diga respeito aos interesses dos trabalhadores.

Quais são as dimensões mais abrangentes dessa crise? Ela é restrita ao sindicalismo brasileiro, como poderia sugerir uma análise mais limitada, ou atinge com intensidade a *instituição* sindicato em escala ampliada, tanto nos países centrais, como aqueles dotado de uma industrialização intermediária, como o nosso? Se se trata de uma crise em escala ampliada, quais os elementos que *particularizam* a crise sindical no Brasil? Há caminhos alternativos às tendências atuais ou trata-se de uma trajetória inevitável? São estas algumas indagações para as quais este artigo pretende oferecer algumas indicações.(1)

A crise do sindicalismo é expressão das mudanças em curso no mundo do trabalho

A crise que atinge o movimento sindical é, em verdade, expressão de agudas transformações que estão ocorrendo no interior do

mundo do trabalho. Sua amplitude e abrangência deve-se ao fato de que estas metamorfoses, ocorridas especialmente na última década, afetaram simultaneamente a *materiabilidade* e a *subjetividade* da *classe-que-vive-do-trabalho*, atingindo inicialmente os países capitalistas avançados, mais tendo repercussões fortes, decorrentes da mundialização e globalização do capital, no conjunto dos países do Terceiro Mundo, especialmente aqueles *intermediários*, dotados de um significativo parque industrial, como é o caso do Brasil.

Os elementos causais, explicativos deste quadro agudamente crítico, podem ser assim resumidos: a automação, a robótica e a microeletrônica possibilitaram uma revolução tecnológica de enorme intensidade. O taylorismo e o fordismo convivem, em desvantagem e descenso, com o “toyotismo”, o “modelo sueco”, os modelos de “acumulação flexível”, entre outros processos de reprodução do capital. Tais mudanças têm consequências diretas no mundo do trabalho, especialmente na classe operária. A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e “envolvimento” da força de trabalho, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), experimentados no Japão — em realidade uma apropriação do *fazer* e *saber* do trabalho, sob o comando manipulatório do capital dos nossos dias, levando o *estranhamento* do trabalho (no sentido marxiano) ao seu limite — tudo isso, feito sob um “inquestionável” domínio da “produtividade” e da “modernidade social”, acabou afetando a *forma de ser* do proletário fabril, tradicional. A *classe-que-vive-do-trabalho* metamorfoseou-se.(2)

Além destas transformações estruturais, que dizem respeito ao processo de trabalho, as transformações repercutiram e atingiram também fortemente a *subjetividade* do trabalho, sua consciência de classe, bem como seus organismos de representação, das quais os sindicatos e os partidos são exemplos. Os primeiros, os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais *defensiva*,

cada vez mais atada à *imediatez*, à *contingência*, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais a “revolução técnica” do capital avançava, lutavam para manter o *mais elementar e defensivo* dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego. E isso deslocou sua ação para o terreno cada vez mais *defensivo* e no interior dos valores do capital e do mercado.

Contexto desfavorável dá espaço para o crescimento da visão social-democrata

É este contexto desfavorável que permite o desenvolvimento do *sindicalismo de participação*, de inspiração social-democrática, em substituição ao *sindicalismo de classe*, dotado de dimensões anticapitalistas: desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, *o que e para quem se produz*, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movente do capital. As perspectivas generosas da emancipação humana, tão caras à Marx, foram ou estão sendo pouco a pouco trocadas pelos valores da *acomodação* socialdemocrática. Entre o estrago neoliberal e a bancarrota do Leste-Europeu (equivocadamente assimilada por enormes contingentes da esquerda como o “fim do socialismo e do marxismo”), o universo político e ideológico do mundo sindical de esquerda, incapaz de buscar novas alternativas socialistas, *refundadas, redescobertas e radicais*, cada vez mais se insere na preservação do chamado *welfare state*, no universo da ação socialdemocrática. A luta pelo controle social da produção, presente com intensidade nos anos 60/70 e em tantos outros momentos da luta

dos trabalhadores, parece cada vez mais distante. O moderno é o mercado, a produtividade, a integração, a negociação, o acordo, a conciliação, a concertação.

Incapaz de aprender a *amplitude* e a *dimensão* da crise do capitalismo, postado numa situação desfavorável que lhe obsta a possibilidade de visualizar e agir para *além do capital*, o sindicalismo, em seus *traços e tendências dominantes*, conduzido pelo ideário que tem conformado suas lideranças, a cada passo dado, recua a um patamar anterior, assemelhando-se a um indivíduo que, embora pareça caminhar para frente, desce uma escada de costas, sem visualizar o último degrau e menos ainda o tamanho do tombo. Cada vez mais atuando sob o prisma institucional, distanciando-se dos movimentos sociais autônomos, trocando as conquistas oriundas dos confrontos por fenomênicas “conquistas” atadas ao imediato, o sindicalismo vive uma brutal crise de identidade. Penso que se trata mesmo da *mais aguda crise no universo do trabalho*, com repercussões fortes no *movimento dos trabalhadores*. A *simultaneidade* da crise, tanto na materialidade, quanto na subjetividade da *classe-que-vive-do-trabalho*, a torna muito mais intensa.

Quais foram as consequências mais visíveis destas transformações?

Movimento sindical passa por uma crise de enormes proporções em todo o mundo

No que diz respeito ao mundo do trabalho, as respostas são complexas e envolvem múltiplas processualidades, que aqui somente podemos indicar, de modo a tentar configurar um *esboço* explicativo para crise que assola a classe trabalhadora (nela incluído o proletariado) e em particular o movimento sindical. É visível a redução do operariado fabril, industrial, gerado pela grande indústria comandada pelo binômio taylorismo-fordismo, especialmente nos países capitalista avançados. Porém, paralelamente a este processo, verifica-se uma crescente *subproletarização*

do trabalho, através da incorporação do trabalho precário, temporário, parcial etc. A presença imigrante no Primeiro Mundo cobre fatias dessa *subproletarização*. Ora se confundindo, ora se diferenciando desta tendência, há um fortíssimo processo de *terceirização* do trabalho, que tanto qualifica como desqualifica e com certeza desemprega e torna muito menos estável a condição operária.⁽³⁾ Deslança o assalariamento dos setores médios, incorpora-se o trabalho das mulheres no processo produtivo. Há qualificação em vários setores, como no ramo siderúrgico, acarretando, enquanto *tendência*, um processo de *intelectualização do trabalho industrial* (permitindo lembrar a antecipação genial de Marx presente nos Grundrisse, ao caracterizar o trabalhador como “supervisor e regulador do processo de produção”) e desqualificação em muitos outros, como no mineiro. Como se constata, a processualidade é complexa e multiforme e tem como resultado uma classe trabalhadora mais *heterogeneizada, fragmentada e complexificada*.⁽⁴⁾

O quadro sindical sofreu diretamente as consequências destas enormes transformações: diminuíram as taxas de sindicalização, na(s) última(s) década(s), nos EUA, Japão, França, Itália, Alemanha, Holanda, Suíça, Reino Unido, entre outros países. Com o aumento do *fosso* entre operários estáveis e precários, parciais, *reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não estáveis da força de trabalho*. Houve na década de 80, redução do número de greves em vários países do centro. Aumentam os casos de corporativismo, xenofobia, racismo, no seio da própria classe trabalhadora. Com o aumento enorme — em escala mundial — dos trabalhadores vinculados à economia informal, os sindicatos vêm reduzir seu âmbito de atuação, e sua continuidade enquanto organismo de representação dos trabalhadores dependerá significativamente da sua capacidade em organizar estes segmentos vinculados ao mercado informal. Tudo isso permite constatar que o movimento sindical encontra-se



numa crise de proporções enormes. Que atingiu com intensidade, na década de 80, o sindicalismo nos países avançados e que, na viragem de 80 para 90, atingiu diretamente os países subordinados, especialmente aqueles dotados de um parque produtivo relevante, como é o caso do Brasil.

As particularidades da luta dos trabalhadores e da ação sindical no Brasil

Quando se reflete sobre as transformações vivenciadas no sindicalismo nos países centrais e seus paralelos com aquele praticado no Brasil, é preciso fazer as devidas mediações. Participamos de um contexto econômico, social, político e cultural que tem traços universais do capitalismo globalizado e mundializado, mas que tem singularidades que, uma vez apreendidas, possibilitam resgatar aquilo que é *típico* deste canto do mundo e, desse modo, reter a sua particularidade. Trata-se, portanto, de uma *globalidade desigualmente combinada*, que não deve permitir uma identificação acrítica ou epifenomênica

entre o que ocorre no centro e nos países subordinados.

O nosso sindicalismo viveu, na década de 80, ora no fluxo, ora no contra-fluxo das tendências acima descritas. Diria que, na contabilização da década, seu saldo foi muito positivo. Houve um enorme movimento grevista; ocorreu uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços; deu-se continuidade ao avanço do sindicalismo rural, em ascenso desde os anos 70; houve o nascimento das centrais sindicais, como a CUT; procurou-se, ainda que de maneira muito insuficiente, avançar nas tentativas de organização nos locais de trabalho, debilidade crônica do nosso movimento sindical; efetivou-se um avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado; verificou-se um aumento do número de sindicatos, onde sobressai a presença organizacional dos funcionários públicos; houve aumento nos níveis de sindicalização, configurando-se um quadro nitidamente favorável para o *novo sindicalismo* ao longo da última década.

Porém, paralelamente a este processo, nos últimos anos da década de 80, acentuavam-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriam o nosso sindicalismo na onda regressiva. A automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvidas *dentro de um quadro recessivo intensificado*, deslançavam um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, de que a indústria automobilística é um exemplo forte. As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada, de desindustrialização, tiveram no neoliberalismo do projeto Collor forte impulso.

Surgimento do sindicalismo neoliberal e as lacunas que dificultam a ação da CUT

Esta nova realidade arrefeceu e aciou o *novo sindicalismo* que se encontrava, de um lado, frente à emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da *nova direita*, sinto-

nizada com a onda mundial conservadora, de que a Força Sindical é o melhor exemplo, e, de outro, frente às próprias lacunas teóricas, políticas e ideológicas no interior da CUT, que lhe dificultava enormemente o avanço qualitativo, capaz de transitar de um período de resistência, como nos anos iniciais do *novo sindicalismo*, para um momento superior, de *elaboração de propostas econômicas alternativas, contrárias ao padrão de desenvolvimento capitalista aqui existente*, que pudessem contemplar prioritariamente o amplo conjunto que compreende nossa classe trabalhadora. Neste caso, além da combatividade anterior, era necessária a articulação de uma *análise aguda da realidade brasileira com uma perspectiva crítica e anticapitalista, de nítidos contornos socialistas*, de modo a dotar o *novo sindicalismo* dos elementos necessários para resistir aos influxos externos, à avalanche do capital, ao ideário neoliberal, no lado mais nefasto e, de outro, à *acomodação socialdemocrática*, que apesar de sua crise no centro, aumentava fortemente seus laços políticos e ideológicos com o nosso movimento sindical, procurando apresentar-se cada vez mais como a *única* alternativa possível para se fazer o combate ao neoliberalismo.

Articulação abandona o ideal socialista e prega acomodação à Ordem

Não é preciso dizer que o quadro hoje é agudamente crítico. O sindicalismo da *Força Sindical*, com forte dimensão política e ideológica, preenche o campo sindical da *nova direita*, da preservação da ordem, da sintonia com o desenho do capital globalizado, que nos reserva o papel de país montador, sem tecnologia própria, sem capacitação científica, dependente totalmente dos recursos forâneos. A Força Sindical operou uma simbiose entre o *velho peleguismo herdado da estrutura sindical*, que fornece sua base sindical, acrescida de um ideário neoliberal, fortemente ideologizado, privatizante, intensamente capitalista, do *sindicalismo de negócios*, da

qual sua maior liderança, Luís Antônio de Medeiros, é expressão típica.

No campo da CUT o quadro é também de grande apreensão. Ganha cada vez mais força, dentro de setores da *Articulação Sindical*, a postura de abandono de concepções socialistas e anti-capitalistas, em nome de uma *acomodação dentro da Ordem*, daquilo que, dizem, é o possível. O culto da negociação, das câmaras setoriais, do programa econômico para gerir *pelo capital* a sua crise, tudo isso está inserido num projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo *ideário* e pela *prática socialdemocrática*. Trata-se de uma crescente definição *política e ideológica* no interior do movimento sindical. É uma postura cada vez *menos* respaldada numa política de classe. E cada vez mais numa política para o “conjunto” do país, o país “*integrado do capital e do trabalho*”. E há muitas razões para se recusar este caminho: primeiro, porque a crise do sindicalismo socialdemocrata, no centro, é expressão da crise que atingiu os países que implementaram o chamado *welfare state*. Segundo, se a crise vivenciada no interior daqueles países centrais tem acarretado perdas sociais agudas aos trabalhadores, será factível pensar na sua implementação aqui entre nós, onde as condições de miserabilidade são ainda muito mais intensas? Se há recusa, pelos setores do capital, em manter estas conquistas sociais no centro, será razoável imaginar que as classes dominantes, na era da globalização, façam concessões reais, no sentido de, pela via da negociação, permitir avanços sociais fortes neste lado do mundo? E o terceiro motivo, de fundo, diz respeito a inviabilidade do projeto socialdemocrático em países do terceiro mundo. Ou será por acaso que não existe projeto socialdemocrático *em vigência significativa* fora do primeiro mundo? Penso que bastariam estas indagações, aqui apenas mencionadas, para que se pudesse duvidar da *factibilidade* deste projeto. E isso sem deixar de lembrar que, para os socialistas de inspiração verdadeiramente anticapitalista, o projeto socialdemocrático não rompe com a lógica do capital, com sua produção destrutiva e socialmente nefasta. Por isso me parece necessário a crítica aguda a este caminho que tem adquirido

força no interior do nosso movimento sindical combativo.

No campo que se reconhece como socialista e anticapitalista no interior da CUT, as dificuldades também são de grande monta. Como é possível resistir a uma onda tão intensa? Como é possível elaborar um *programa econômico alternativo* que incorpore os milhões de trabalhadores que não participam do mercado e que vivem da miséria da economia informal? Como é possível gestar um novo modelo econômico que elimine definitivamente a *superexploração* do trabalho? Quais são os contornos básicos desse modelo econômico alternativo cuja lógica deverá *iniciar* a desmontagem do padrão de acumulação capitalista vigente no país? Como é possível pensar numa ação que não impeça o avanço tecnológico, mas o faça em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvida em nosso país? Como é possível um caminho *alternativo* que recupere valores socialistas originais, verdadeiramente emancipadores? Que não aceite uma globalização e uma integração imposta pela lógica do capital, *integradora para fora e desintegradora para dentro*? Como é possível hoje articular valores inspirados num projeto que olha para uma sociedade para *além do capital*, mas que tem que dar respostas imediatas para a barbárie que assola o cotidiano do *ser que vive do trabalho*? Em outras palavras, como superar um caminho meramente doutrinário e buscar a difícil e imprescindível articulação entre os interesses imediatos e uma ação estratégica, de longo prazo, de clara conformação anticapitalista? São, como se pode perceber, alguns desafios enormes.

Como atuar num quadro de defensiva preservando a estratégia anticapitalista

Se, entretanto, consegui traçar um quadro crítico aproximado, o desafio mais urgente do nosso sindicalismo pode ser assim sintetizado: como se efetiva, no contexto de uma situação *defensiva*, uma ação sindical que dê

respostas às necessidades *imediatas* do mundo do trabalho, preservando elementos de uma estratégia anticapitalista e socialista?

Recorro a uma síntese que me parece feliz, para expor o “espírito” da resposta que me parece possível indicar:

“Sob pena de divisão, desmoralização e derrotas certas, o movimento operário não pode se contentar em opor à crise a simples proclamação da necessidade de uma luta anticapitalista de conjunto. A crise confronta os trabalhadores com problemas concretos angustiantes: dispensas, perdas de empregos, fechamento de empresas, ataques aos salários e à assistência social, aceleração dos ritmos, ataques aos direitos sindicais e políticos conquistados. Recusar o combate defensivo, através de reivindicações imediatas, sob pretexto de que não há saída no quadro do capitalismo, é condenar toda a classe operária à impotência... Não há melhor meio para desencadear um combate geral do que alguns combates parciais plenamente coroados de sucesso, que demonstrem na prática, aos trabalhadores, que eles podem defender o emprego, os salários e os direitos conquistados.

Mas é verdade que todo sucesso em um combate defensivo será *frágil e provisório*. É verdade que a longo prazo a lógica do capital se imporá, na medida em que continuemos no regime capitalista. Essa lógica do capital coloca-se de forma especial contra a classe operária em um período de desemprego massivo e de depressão econômica. Por isso todo o combate defensivo deve se integrar em uma estratégia anticapitalista de conjunto, que procure efetivamente favorecer a mobilização do operariado por reivindicações transitórias, que sejam contrárias às causas fundamentais do mal que o atinge”.(5)

Qual caminho vamos adotar: vamos negociar *dentro da Ordem* ou *contra a Ordem*? Vamos elaborar um programa de emergência para *gerir a crise do capital sob sua ótica* ou vamos avançar na elaboração de um programa econômico alternativo, *formulado sob ótica dos trabalhadores*, capaz de responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas tendo como horizonte uma orga-

nização societária fundada nos valores socialistas e efetivamente emancipadores? Estas são, por certo, algumas indagações que extrapolam o âmbito da ação sindical; mas os caminhos a serem seguidos pelo sindicalismo brasileiro ao longo desta década, serão decisivos, numa ou noutra direção. E estes primeiros anos da década de 90 não se mostram nada auspiciosos.

NOTAS

- (1) Este texto foi apresentado, com algumas alterações, no artigo “A crise e os Sindicatos: Impasses e Alternativas”, publicado na revista **Teoria e Debate**, nº 20, fev/abr/93, SP.
- (2) Ver por exemplo, Murray, F. — “The Decentralisation of Production — The Decline of the Mass-Collective Worker”, **Capital & Class**, 19, 1983, Londres; Annunziato, F. — “Il Fordismo nella Critica de Gramsci e Nella Realta Statunitense Contemporanea”, **Critica Marxista**, 6, 1989, Itália; Clarke, S. — “Crise do Fordismo ou Crise da Socialdemocracia”, **Lua Nova**, 24, 1991, SP; Gounet, T. — “O Toyotismo e as Novas Técnicas de Exploração na Empresa Capitalista”, **Debate Sindical**, 10, 1992, SP.
- (3) Ver Bihr, A. — “Le Proletariat Dans Tous Ses Eclats”, **Le Monde Diplomatique**, e Gorz, A. — “Pourquoi la Société Salariale a Besoin de Nouveaux Valets”, **Le Monde Diplomatique**, 22/6/1990.
- (4) Ver Mészáros, I. — “The Division of Labor and The Post-Capitalist State”, **Monthly Review**, 39, jul-ago/1987, e Mandel, E. — “Marx, La Crise Actuelle et L’Avenir du Travail Humain”, **Quatrième Internationale**, 20, maio/1986, Paris.
- (5) Mandel, E. — “O Movimento Operário Diante da Crise”, em **A Crise do Capital**, Ed. da Unicamp/Ensaio, 1990, SP, p. 240/242.

- **OBSERVAÇÃO:** Os intertítulos da matéria, que seguem a padronização da revista, são de responsabilidade da redação da *Debate Sindical*.

* Professor de Sociologia do Trabalho na Unicamp e autor de **A Rebelião do Trabalho** (Editora Unicamp) e **O Novo Sindicalismo** (Editora Brasil Urgente)

Yeltsin apela ao fascismo para assegurar transição capitalista na Rússia

Umberto Martins *

Nesses dias, quando se completam 76 anos da Revolução de Outubro (que instituiu o regime socialista soviético), a história registra acontecimentos trágicos na Rússia. A transição ao capitalismo, que vinha sendo impulsionada nos últimos anos (com maior intensidade e nitidez desde agosto de 1991), esbarrou em sérios obstáculos e já não contava com apoio popular.

O alto custo social cobrado pelas reformas, aliado a um ambiente político marcado pela corrupção e anarquia, “onde prosperam os criminosos” (como bem notou uma moscovita aposentada), resultou numa rápida desmoralização do governo Yeltsin. O Congresso dos Deputados do Povo (órgão máximo do poder no país até o golpe de 21 de setembro) havia se transformado num centro de resistência à transição burguesa, implementada de acordo com receitas impostas pelo FMI e técnicos a serviço das potências imperialistas (destacadamente os EUA). A burguesia russa, uma classe débil e ainda em

formação, alimentada pela política vacilante adotada durante as três últimas décadas na ex-URSS, depois de reconquistar o poder e fazer do ditador Yeltsin o seu herói e czar, farejou o perigo. Orientada por seus pares no exterior, agiu com rara crueldade. Violando a Constituição, promoveu um golpe militar (dia 21/09/93), dissolvendo o Parlamento e sufocando a ferro e fogo a oposição. Dia 4 de outubro, uma sangrenta segunda-feira, o ditador russo ordenou a mobilização de tanques e artilharia pesada contra o legislativo (que não se dobrou ao golpe), consumando uma atrocidade que só encontra paralelo no incên-

dio do Reichstag pelo regime de Adolf Hitler, em 1933. Como naquela época, o crime foi cometido em nome de um feroz anticomunismo e (ah, é claro) da decantada democracia burguesa.

O saldo: centenas de mortos, milhares de feridos, uma multidão de prisioneiros políticos, boa parte reunida num campo de futebol, o Krdasnopresnensky (numa triste semelhança com a conduta de Pinochet, após o golpe de 1973 contra Allende, no Chile); denúncias de tortura, 15 publicações oposicionistas proibidas (inclusive o **Pravda**), dezenas de organizações políticas proscritas (especialmente os partidos comunistas) e total censura sobre os meios de comunicação. Neste ambiente os golpistas planejam realizar eleições legislativas em dezembro, na suposição de que o Estado policial seja institucionalizado e coberto com uma cínica máscara de democracia.

Imperialismo falou em era de prosperidade, mas quadro é de agravamento da crise

A evolução da conjuntura política na Rússia tem surpreendido a maioria dos observadores e constitui um contundente desmentido das idéias e perspectivas difundidas massivamente pelos porta-vozes da burguesia em todo o mundo. Afinal, falou-se muito e despreocupadamente em fim da história, afirmação absoluta do liberalismo, superioridade e perenidade do mercado capitalista, que seria também a condição para o estabelecimento de regimes políticos estáveis e sustentados em regras democráticas. Anunciou-se a bonança, uma nova era de prosperidade, paz perpétua e coisas do gênero. A vida trouxe a tempestade. Em vez de um movimento progressista, como foi prometido, a transição ao capitalismo vem se revelando uma tragédia, cuja natureza reacionária já não pode ser disfarçada.

É muito duvidoso que o apelo ao fascismo signifique a médio prazo estabilidade de poder para a burguesia na Rússia e garantia de que a transição ao capitalismo seja concluída

(antes de mais nada, cabe observar que ela ainda está a meio caminho). Os fatores mais profundos das perturbações políticas e sociais naquele país, radicados na economia e em bruscas alterações na estrutura de classes, não foram superados e carregam combustível para novas e imponderáveis explosões.

A crise que se desenvolve na Rússia, e também em outros países da ex-URSS e de todo o Leste europeu que no passado formaram o chamado campo socialista, pouco ou nada possui em comum com aquelas que estamos acostumados a presenciar no mundo capitalista. Para tentar compreendê-la parece imprescindível captar sua originalidade.

O colapso da economia (e esta é a expressão apropriada para designar o que vem sendo indicado pela estatística), que em boa medida determina o agravamento das contradições sociais, não é equiparável às tradicionais depressões cíclicas do capital, muito menos à tendência para a estagnação que se verifica nos centros mais industrializados. Estima-se que somente em 1992 o Produto Interno da Rússia tenha declinado 25%; neste ano, com a inflação na casa dos 30%, o desempenho será igualmente desastroso.

É certo que os efeitos do endividamento externo contribuíram para tal resultado. Não constituem, porém, sua principal causa. Referências à depressão de 29 ou à situação de alguns países nos anos que sucederam as guerras mundiais podem fornecer uma pálida idéia da dimensão da crise, mas não ajudam a compreender o fenômeno.

Transição ao capitalismo esbarra em obstáculos e promete novos conflitos

A crise está diretamente associada às políticas econômicas que visam transformar (no mais curto espaço de tempo possível) um sistema baseado no planejamento centralizado e na propriedade estatal dos meios de produção em outro, regulado pelas leis do mercado e com formas e relações sócio-econômicas derivadas da propriedade privada

burguesa. Há, nela, um elemento que talvez seja o central: a ausência de condições prévias, econômicas e mesmo culturais, necessárias para a transformação desejada (ao menos na velocidade que vem sendo imprimida), como observou com certa desilusão o escritor francês Guy Sorman, no livro "Sair do socialismo". Ou seja, os pressupostos da transição não estão dados. Destaca-se a inexistência de uma burguesia nativa forte, ou, dito de outra forma, da propriedade capitalista na escala requerida pela produção moderna. Qualquer que seja o julgamento que venha a ser feito sobre a natureza do sistema soviético, antes ou depois da 2ª guerra, uma de suas inegáveis realizações foi a gradual supressão da burguesia como classe, assim como das formações sócio-econômicas a ela correspondentes, que deixaram de existir no decurso da revolução, vindo a ressuscitar mais tarde à sombra do mercado negro. Por isto (pelo simples e inofismável motivo de que não existe capitalismo sem burguesia) a definição do regime soviético como um modelo especial de capitalismo não à digna de crédito.

Burguesia surge a sombra da lei e no interior da velha burocracia soviética

A formação histórica da atual burguesia russa, e as particularidades da acumulação primitiva de capital no país, são o x do problema que se verifica hoje. Por ter se desenvolvido à sombra da lei, clandestinamente, no mercado negro, de um lado, e no interior da velha e corrompida burocracia soviética, esta classe guarda singulares laços de parentesco e proximidade com o crime e com as máfias.

Muitos observadores reagem com espanto e surpresa diante do vertiginoso crescimento da criminalidade, das máfias e da corrupção na Rússia. Poucos suspeitam que esses fenômenos têm raiz na lógica da transição ao capitalismo e especialmente no fato de que a burguesia nativa não dispõe de uma base

financeira forte nem mesmo razoável para as tarefas requeridas pelo projeto capitalista.

A propriedade privada, inclusive a capitalista, não tem sua origem histórica necessariamente associada ao roubo ou mesmo à violência, ainda que tais fatores tenham exercido papel nada desprezível. Esta verdade, porém, não se aplica a Rússia. Ali, o roubo e a propriedade burguesa (ainda em formação) são almas gêmeas.

As reformas de Yeltsin destruíram o que existia e não criaram nada de novo

O problema maior da transição ao capitalismo é decidir o dilema da propriedade, ou seja, realizar a transferência da propriedade pública para a iniciativa privada; levar a efeito a obra de privatização. Enquanto isto não for concluído o projeto burguês estará a meio caminho. Examinemos os ousados planos em curso. Como realizar tal empreendimento (que em condições normais demandaria certo nível de acumulação prévia de capital por parte do empresariado) senão transformando-o num processo de pilhagem do patrimônio público, em associação com o capital estrangeiro? Como promover o rápido enriquecimento da burguesia senão por meios ilícitos, com a escancarada cumplicidade do Estado?

As mudanças políticas que conduziram ao poder governos abertamente burgueses, na Rússia e outros países, viabilizaram a imposição de projetos que desarticularam, ou destruíram, todo o antigo sistema baseado no planejamento. Foi um passo fundamental à transição capitalista, que resultou na eliminação de todo o complexo de normas e leis que regulavam as relações comerciais, financeiras e trabalhistas, ainda que tal obra esteja pela metade. O dilema consiste no fato de que, especialmente na Rússia, nada foi criado para substituir o antigo sistema que, como lembrou o ex-presidente soviético Mikhail Gorbachev, tinha meios específicos de equilíbrio. Ele deixou de existir, mas sequer as

normas da decantada economia de mercado ocuparam o espaço vazio, que foi preenchido pelo caos. “As reformas econômicas de Yeltsin”, notou o historiador russo Roy Medvedev, “destruíram completamente o velho e ineficiente sistema, mas nada foi criado para ocupar o lugar dele. Para a grande maioria o padrão de vida caiu consideravelmente”.

A crise econômica expressa exatamente esta tragédia. A planificação foi substituída pela anarquia, e não mais aquela que segundo Marx caracteriza a economia burguesa e fica evidente nos momentos de crise. É algo bem mais assustador, que se revela parcialmente num comentário feito pelo ex-presidente do Banco Europeu para Reconstrução e Desenvolvimento, Jacques Attali, ao focar o processo de conversão das indústrias bélicas em civis na ex-URSS.

“A conversão de empresas militares para finalidades pacíficas”, salientou, “não será simples ou rápida. Neste meio tempo, um arsenal de materiais desnecessários está se formando, criando a possibilidade de uma futura Rússia instável funcionando como armazém de armamentos para o resto do mundo.

”Na Ucrânia, os armamentos do antigo Exército Vermelho podem ser encontrados à venda nos mercados locais. Oferecem aviões de bombardeio, helicópteros, mísseis e tanques, além de frutas, legumes e vinho da Criméia - na verdade, todas as necessidades imagináveis para a vida e para a morte. Como diz um dos comerciantes: ‘Nossas metas não são políticas. Estamos apenas querendo lucros’.

As decisões econômicas e políticas estão sob controle das potências estrangeiras

“Será que isto é uma imagem do futuro da economia de mercado? Um sistema de mercado negro, livre de todo tipo de regras - e, obviamente, ignorando disciplinas do GATT, sem nenhum vestígio do esquema de quotas, tarifas e impostos que formam o sistema co-

mercial oficial? Em outras palavras, um mundo sem leis que exporta a desobediência às leis para além de suas fronteiras?”

Encontramos provas da relativa fragilidade da burguesia russa também no fato de que ela entregou o comando das reformas às mãos pretensamente mais hábeis das potências capitalistas do Ocidente. Instituições como o FMI e técnicos como o norte-americano Jeffrey Sachs encarregam-se diretamente do projeto de transição ao capitalismo, incluindo monitoramento e execução. Mesmo as questões políticas parecem ter sido transferidas ao controle externo. Há muitos indícios de que o golpe do dia 21 de setembro e o incêndio do Parlamento foram previamente combinados com a embaixada norte-americana. “De acordo com uma versão, Yeltsin teria informado pessoalmente o embaixador dos EUA em Moscou, Thomas Pickering, sobre sua decisão de mobilizar tropas de elite para resolver a situação”, informou o correspondente do jornal **O Estado de São Paulo** em Washington, Paulo Sotero, na edição de 05/10/93 (página A12).

Capitalismo em crise não tem condições de socorrer a nova burguesia da Rússia

Em março, quando o ditador Yeltsin anunciou na televisão um golpe branco no Congresso dos Deputados do Povo, o parlamentar Ion Andronov, denunciou que a iniciativa havia sido “combinada anteriormente com Washington. Eu tenho a transcrição da conversa de Kozyrev (ministro russo das Relações Exteriores) com Christopher (secretário de Estado americano). Precisamos parar com esta política de entreguismo e atos antinacionais”.

Não é exagero afirmar que os dilemas da transição refletem a crise do projeto imperialista para a Rússia. É necessário verificar que as perturbações econômicas e políticas naquele país se desenvolvem combinadas e condicionadas às crises que abalam a ordem

imperialista, de natureza econômica e diplomática.

Sempre que a temperatura política sobe no solo russo e o projeto burguês parece à beira do precipício, o alarme da consciência das lideranças políticas nas potências capitalistas é acionado. Promovem-se reuniões e mais reuniões de cúpula entre os membros do G-7 e desesperados apelos, promessas e declarações altissonantes sobre maciça ajuda econômica ao país, a fim de “salvar as reformas”.

A última reunião dos sete ricos, realizada em julho no Japão (Tóquio), teve como ordem-do-dia a Rússia, resultando num ambicioso plano de ajuda (anunciou-se 44 bilhões de dólares), que até agora ainda não saiu do papel. Tudo indica que a montanha pariu um rato. O mesmo grupo, num encontro realizado em Munique durante o ano passado, decidiu que seriam destinados 24 bilhões de dólares para equilibrar as finanças do país, deter a marcha da hiperinflação e assegurar as reformas do ditador Yeltsin, viabilizando a vitória final da propriedade privada. A burguesia parece perturbada pelo estranho sentimento de que a travessia à tão ansiada economia de mercado corre o risco de não se completar sem uma substancial injeção de capital externo. Acontece que uma coisa do gênero pressupõe condições econômicas objetivas apropriadas, mas estas nem sempre estão em harmonia com a vontade política dominante.

A capacidade de financiamento externo das potências é determinada, e restringida, pela posição dos respectivos balanços de pagamento, sendo indicada especialmente no saldo das contas classificadas como transações correntes. Os EUA e a totalidade dos países europeus (incluindo a Alemanha após a unificação) ostentam déficits colossais neste item, sendo forçados a captar recursos externos para cobri-los, o que tem orientado a direção do fluxo internacional de capitais. O Japão é o único país que produz, na atualidade, excedentes em volume suficiente para viabilizar inversões de vulto no exterior. Em compensação, tudo sugere que ele não comunga, neste caso, os mesmos interesses do Ocidente.

O dinheiro novo que entrou não representa muito diante das graves dificuldades

Um balanço da ajuda a Rússia efetivada desde a reunião do G-7 em Munique revela resultados píftios. Contabilidade cínica e generosa sobre os US\$ 24 bilhões solenemente prometidos, feita pelo Banco Mundial, sustenta que foi dado um auxílio de 12,2 bilhões de dólares em 1992.

Ocorre que deste total nada menos do que US\$ 7,2 bilhões foram rubricados como “alívio da dívida externa” e na prática referem-se a compromissos não honrados relativos a juros devidos aos bancos estrangeiros, por absoluta impossibilidade de pagamento, ou seja, uma espécie de moratória técnica. O FMI ficou de liberar 4,5 bilhões de dólares, mas teria desembolsado apenas US\$ 1,06 bilhão. Feitas as contas, pouco entrou de dinheiro novo.

O Clube de Paris reescalou 15 dos 20 bilhões de dólares do principal e serviços dos débitos russos com o órgão (que administra empréstimos governamentais das potências) que venceriam ainda este ano. Sobraram 5 bilhões de dólares e ainda os compromissos com credores privados. De qualquer forma, o alívio da carga da dívida (superior a 90 bilhões de dólares) não representa muito diante das dificuldades do país.

Já os EUA têm feito, desde Bush, um grande alarde em torno da necessidade de uma gigantesca operação de salvamento da Rússia. Após a guerra do golfo, Washington acalentou o sonho de poder financiar sua diplomacia, por tempo indeterminado, com marcos da Alemanha e ienes japoneses, mas a estratégia já não faz muito sucesso.

Em abril ocorreu um badalado encontro de cúpula entre Bill Clinton e o ditador Yeltsin. Realizada dia 4 em Vancouver (no Canadá), a reunião foi concluída com uma promessa de ajuda no valor de US\$ 1,6 bilhão. Seria pouco, pois como lembrou o ditador russo a Alemanha gasta anualmente cerca de

100 bilhões de dólares para bancar a anexação da ex-RDA. Contudo, é ainda menos do que parece. O jornal **Financial Times**, em editorial intitulado “O que Clinton deu a Yeltsin não basta”, comenta: “Os US\$ 900 milhões, de US\$ 1,6 bilhão que Clinton ofereceu, não passam de assistência disfarçada às exportações agrícolas dos EUA”. Já o **The New York Times** ironizou: “A cúpula teve todo o drama de uma empresa falida (a Rússia) pedindo um empréstimo-ponte para uma caixa de poupança prestes a quebrar (os EUA)”.

“Os sonhos de um novo plano Marshal (para salvar a Rússia) nunca foram realistas”

Enquanto isto, a Alemanha (cujo superávit financeiro evaporou no calor da unificação) havia anunciado que sua capacidade de fornecer apoio financeiro a Rússia estava esgotada. O governo alega que já entrou com 52,3% dos recursos externos investidos naquele país. O Japão, por seu turno, continua resistindo a qualquer comprometimento maior enquanto não recuperar as ilhas Kurilas, capturadas por Stálin durante a 2ª Guerra.

Henry Kissinger já havia notado essas dificuldades. “Os EUA”, disse, “enfrentam problemas deficitários. A disponibilidade financeira da Alemanha tornou-se menor com a recuperação das províncias do Leste. E a ação do Japão é prejudicada por sua relutância em contribuir enquanto sua disputa territorial com a Rússia não estiver resolvida”. Também o **The Wall Street Journal** tinha admitido que os “sonhos de um Plano Marshal (para a Rússia) nunca foram realistas”.

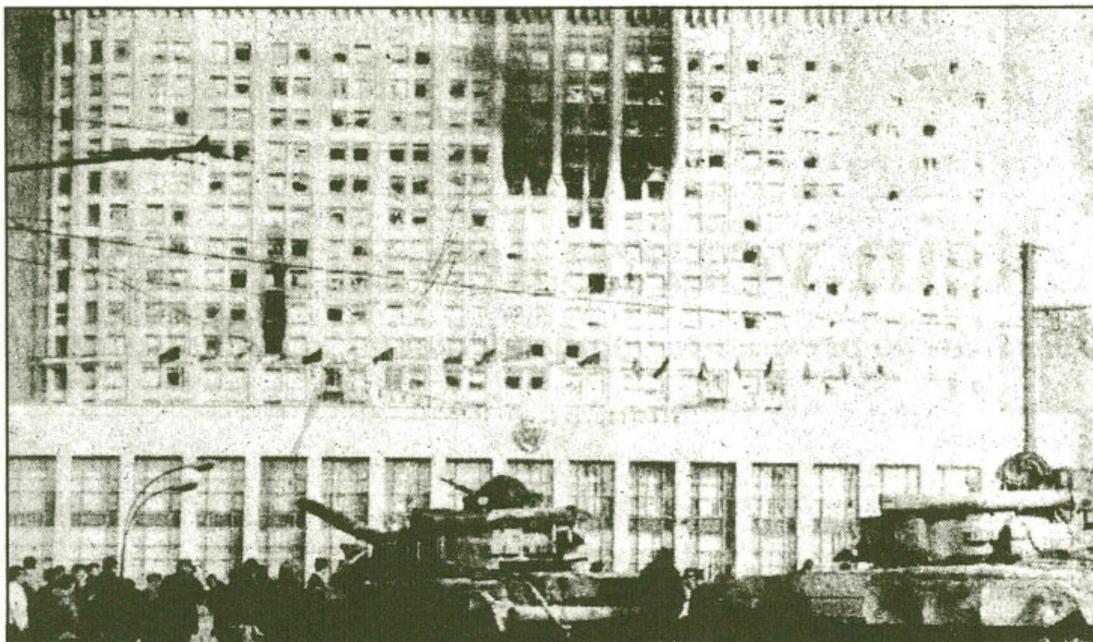
A grande burguesia dos países imperialistas ainda é o principal ator neste tormentoso final de século e joga papel proeminente e decisivo no drama russo, mas isto não significa que dispõe de carta branca ou livre arbítrio para fazer história. Políticas econômicas podem ser determinantes no desenvolvimento das sociedades modernas (como mostra, entre outros, o exemplo do Plano Marshal na

Europa), contudo sofrem as restrições de condições objetivas. Proclamações políticas, mesmo de governos poderosos como o de Bill Clinton, não são suficientes para alterar realidades adversas, a vontade das potências reunidas no G-7, que nem sempre é única, parece impotente diante da crise.

Outro aspecto que merece maior consideração diz respeito ao impacto que uma eventual Rússia capitalista terá a médio prazo sobre a geopolítica mundial. Também neste nível vivemos um período de transição. Há sinais de que uma nova ordem internacional está a caminho, embora seu sentido seja oposto às pretensões e estratégias do Pentágono, uma vez que vem sendo indicada principalmente pelo inexorável declínio da hegemonia econômica dos EUA (que mais cedo ou mais tarde terá desdobramentos militares) e, como contrapartida, a ascensão do Japão na Ásia e, em menor medida, da Alemanha na Europa. Este movimento, que terá importância ímpar na dinâmica histórica dos próximos anos, já está produzindo redefinição de alianças e futuramente exigirá alterações radicais na configuração da ordem mundial, herdada do pós-guerra. Não é sem razão que Japão e Alemanha reivindicam assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Dilemas sobre a política externa e os conflitos entre as nacionalidades

Por enquanto, a política externa da Rússia carece de uma definição mais precisa e a indisfarçável fraqueza de sua burguesia transforma-a num refém dos interesses de outras potências. Tal quadro tende a mudar com o tempo. A tradição do império russo é uma força que não pode ser ignorada e, talvez de maneira ainda tímida, já se faz sentir nos países vizinhos que compunham a antiga União Soviética e outros, da Europa Oriental. A intervenção nos conflitos do Cáucaso (Geórgia, Azerbaijão e Armênia) não constitui segredo. Se a transição ao capitalismo é um razoável motivo de unidade imperialista



France Press

Yeltsin bombardeou o parlamento, num verdadeiro atentado à democracia

em torno de Yeltsin, as pretensões de autonomia diplomática, em detrimento das nações vizinhas, podem conduzir a choques.

Ao lado de tudo isto, outro fator que influencia poderosamente a evolução da crise russa é o explosivo conflito entre as nacionalidades. A ressurreição da burguesia teve o discutível mérito de despertar ambições e contradições étnicas, dividindo os povos que habitavam a União Soviética e resultando na própria liquidação desta, o que foi acompanhado por cerca de 200 litígios fronteiriços na região. A guerra civil já estalou em alguns países e pode se alastrar. Mesmo a Federação Russa, com suas 88 regiões, sendo 20 repúblicas autônomas, corre o risco de desintegração. A crise política no centro alimentou tal possibilidade.

Infelizmente, a perspectiva de que a Iugoslávia seja apenas uma versão mirim do que aguarda a ex-URSS ainda não pode ser descartada.

Como era de se esperar, os enormes sacrifícios exigidos pelas reformas capitalistas, a debilidade da burguesia nativa e o alinhamento subserviente à estratégia de países imperialistas esbarraram na resistência dos trabalhadores, embora ainda seja notável o desnorteamento, divisão das correntes de esquerda e um expressivo grau de indiferença

popular. Esta contradição que o projeto da burguesia despertou constitui, ainda hoje, o principal obstáculo à transição, e já havia dado indícios de suas potencialidades na rebelião dos operários romenos, em setembro de 1991, e, mais recentemente, nos resultados das eleições ocorridas na Lituânia e Polônia, onde os partidos identificados com a transição ao capitalismo foram fragorosamente derrotados.

O golpe e as atrocidades cometidas pelo ditador Yeltsin, com a cumplicidade hipócrita do imperialismo, foi o meio que a burguesia encontrou de se manter no poder e impor medidas ainda mais duras, como a liberação dos preços do pão e da tarifa do metrô, além de impulsionar a privatização, que ampliará o desemprego no país.

Apelar ao fascismo (e é preciso que ninguém se deixe iludir a este respeito: com a oposição amordaçada, milhares de presos políticos, partidos proscritos, jornais proibidos e total censura sobre a mídia, as eleições convocadas pelos golpistas não serão mais que uma fraude) foi uma reação antecipada à resistência popular, que abria caminho. O futuro dirá qual será a duração e o destino do *putsch* capitalista, um retrocesso político que salta aos olhos de qualquer observador.

* Jornalista.
Assessor de imprensa do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo



A miséria do povo, agravada pelo neoliberalismo, alastra-se por todo continente

Ofensiva neoliberal na América Latina dificulta a ação do sindicalismo

Altamiro Borges *

Na segunda parte do artigo sobre os efeitos do neoliberalismo na América Latina, o relato da resistência do sindicalismo no México, Costa Rica e Honduras. A matéria tem como base entrevistas com lideranças de diversas correntes sindicais que participaram de um curso de formação em Havana, no final do ano passado. Serve para evidenciar a tragédia vivida pelos povos do continente e os obstáculos encontrados pelas forças que se contrapõem ao projeto neoliberal.

Apesar da propaganda otimista dos meios de comunicação, “o México vive um momento de grave crise econômica — talvez o mais dramático de toda a história do país”. A opinião é do radialista Juan Carlos Muñes Fernandes, sub-diretor de capacitação sindical da Confederação Revolucionária de Operários e Camponeses (CROC). Para ele, a crise se agravou a partir de 82, quando a elite

dominante desencadeou a ofensiva neoliberal no país — batizada de “liberalismo social”.

“A partir deste ano, os tecnocratas chegam ao poder. O presidente Miguel De La Madrid inicia o processo de privatização das estatais e de retração do mercado interno. Já com o governo de Salinas de Gortari, o neoliberalismo se consolida. Nele são vendidas empresas

como a Telefônica do México, o Banco Nacional, siderúrgicas e metalúrgicas e começa a privatização dos portos. O processo é acelerado. Das 1800 estatais existentes no país, restam hoje apenas umas 200.

Os efeitos desse projeto sobre os trabalhadores são dramáticos. Estima-se que de 82 a 92, os assalariados perderam cerca 35% do seu poder aquisitivo. Também diminuiu a oferta de emprego e aumentou o número de demissões. Dos 35 milhões de pessoas que compõe a População Economicamente Ativa (PEA) do país, só 18 milhões têm empregos garantidos. Mais de 4,5 milhões estão desempregados e o restante se encontra na economia informal — chamada no México de “subterrânea”.

Outro efeito nefasto do neoliberalismo, segundo Juan Carlos, é o aumento vertiginoso do custo de vida, com a elevação das tarifas públicas e o chamado “livre mercado”. O Estado também reduziu os investimentos nas áreas sociais. A educação está sendo privatizada e é grande a evasão escolar. A maioria das crianças estuda até os 13 anos e depois abandona a escola para ir trabalhar. O analfabetismo atinge 12 milhões de mexicanos, numa população de 82 milhões.

Na saúde, anualmente morrem 85 mil crianças menores de cinco anos de idade em decorrência da subnutrição e da ausência de atendimento médico. Segundo a própria Organização Mundial de Saúde, 80% da população mexicana padece de distintos níveis de anemia. Em compensação, o setor de saúde se elitiza com a multiplicação das clínicas privadas — “que atendem apenas os ricos”. Atualmente existem 25 milhões mexicanos na chamada “linha de pobreza absoluta”.

Reformas da Constituição facilitam o entreguismo e as restrições à democracia

Para fazer vingar estas medidas econômicas antipopulares, o governo promoveu várias reformas na Constituição. Anulou o artigo 155, que limitava a exploração estran-

geira nos setores estratégicos da economia — como na petroquímica e no setor de petróleo. Também modificou o artigo 27, que garantia a terra às cooperativas de lavradores. Esta mudança está gerando uma forte concentração de terras no país. Ela afeta uma das bases da revolução de 1910-1917, quando mais de um milhão de mexicanos morreram na luta pela reforma agrária.

“A Constituição de 17 beneficiou os *ejidos* e as cooperativas, permitindo que os camponeses tivessem acesso às terras ociosas e gozassem do incentivo da política agrícola. Ela proibiu a venda da pequena propriedade e das cooperativas exatamente para evitar o retorno do latifúndio. Agora, a porta está aberta novamente e os camponeses estão se convertendo em simples peões dos grupos empresariais e financeiros” — comenta Juan Carlos.

Além das alterações na ordem jurídica, houve o recrudescimento da repressão política. Em 89, por exemplo, ocorreram cenas de grande violência nas minas de Cananéia, onde se extrai prata e cobre. Diante da resistência dos operários à entrega da estatal, o governo acionou o Exército para evacuar o local. Nos episódios mais recentes de privatização, simplesmente se recusou a negociar com os envolvidos. O direito de greve também foi limitado. Depende da prévia aprovação do governo, que tem o poder de anular os contratos de trabalho.

Na opinião do dirigente da CROC, o neoliberalismo vem acompanhado por uma ofensiva das classes dominantes contra os sindicatos. Ele cita alguns exemplos. “Em 90, o governo inovou na sua ação antisindical. Entrou com processo jurídico contra um dos sindicatos engajados na luta antiprivatista. Este foi obrigado a pagar multas elevadas. Foi o primeiro caso na história do país de um sindicato multado — o que abriu um precedente perigoso, que intimida o sindicalismo”.

Um episódio mais recente foi o da Volkswagen, em julho de 92. Diante de uma greve por melhores salários, a multinacional anulou o contrato de trabalho de forma unilateral e demitiu 14 mil trabalhadores. Após várias negociações, ela readmitiu os operários, mas impôs condições. Várias cláusulas de benefí-

cios sociais foram anuladas. Já os dirigentes sindicais não puderam retornar à empresa, ferindo a Constituição que garante a estabilidade no emprego.

Outra estratégia para enfraquecer a organização dos trabalhadores é a do uso de técnicas de envolvimento e cooptação, através de ofertas assistenciais. Isto ganhou impulso a partir das últimas eleições, quando o partido governista (PRI) perdeu peso na votação. Para atrair os setores marginalizados, o Estado criou o Programa Nacional de Solidariedade (Pronaso), subsidiado com a venda das estatais. Isto debilitou as organizações populares, em especial os sindicatos.

O governo também passou a estimular os chamados “pactos de produtividade”, via fóruns tripartites — que reúnem representantes do Estado, dos empresários e do movimentos sindical. O objetivo é elevar a produção, reduzir os custos e evitar a eclosão de conflitos. O crescimento dos índices de produtividade, entretanto, não tem resultado em compensações para os trabalhadores. As demissões não foram contidas e o governo se recusa a adotar uma política salarial e proíbe o aumento do salário mínimo, alegando que salários causam inflação.

Central mexicana filiada à Ciosl defende abertamente a conciliação de classes

Em decorrência destes fatores adversos, o sindicalismo se encontra debilitado. Ele não tem conseguido mobilizar as bases e nem unificar as lutas, que são dispersas, por categorias. Além disso, encontra-se dividido. A principal central, a Confederação dos Trabalhadores do México (CTM), prega a colaboração com o governo e os empresários. Filiada à Ciosl, desenvolve uma prática corporativista — recusando-se a enfrentar globalmente a política neoliberal.

Desde a sua fundação, a CTM sempre foi uma fiel aliada do Estado. Seu estatuto prega a “harmonia de classe”. Pragmática, ela aceita mudanças nos rumos econômicos do país

desde que seus privilégios sejam mantidos. Outra característica marcante é o incentivo ao gangsterismo sindical, com o uso da violência contra as forças de oposição. O seu aparelho sindical é totalmente burocratizado. As direções das entidades de base são indicadas pela cúpula da CMT. Há muito que não ocorrem eleições democráticas na estrutura da central.

Com a implementação do neoliberalismo, a conduta patronal da CTM ficou ainda mais patente. Na greve da Ford, em 90, ela se posicionou abertamente contra os trabalhadores e ainda ajudou a multinacional na ação dos fura-greves. Jagunços foram contratados para barrar os piquetes. Temendo o seu desgaste, ultimamente a central tem feito algumas ameaças ao governo. “Fala em decretar uma greve geral, mas fica só na conversa. É um jogo para evitar o descrédito. Ao mesmo tempo, negocia às escondidas com o governo”, comenta Juan Carlos.

O secretário-geral da CTM, Fidel Velazques, que reina absoluto desde 1941 e tem 92 anos de idade, é membro do comitê político do PRI — que controla com mãos de ferro o governo desde 29. Vários dos dirigentes da central são deputados e há também governadores. O próprio líder do Senado, Emílio Gonçalves, é um dos principais quadros da CTM. Todos votam a favor dos projetos de cunho neoliberal e pregam o “realismo, a paciência e a colaboração dos trabalhadores”.

A interferência da Ciosl nesta central se faz sentir claramente — em especial, a do sindicalismo americano. A oficina da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (Orit), braço da Ciosl no continente, está instalada no México — na sede da CTM. Ela investe muitos dólares no movimento sindical mexicano, principalmente nas atividades de formação, nas disputas eleitorais e na edição de materiais. São comuns as viagens de sindicalistas do país aos EUA.

Além da CTM, existem outras três centrais no México. A CROC, a segunda em expressão, reconhece a luta de classes, mas seus principais dirigentes também sofrem influência do PRI. A terceira é a Confederação Obreira Revolucionária e a quarta, a Confederação Regional dos Obreiros Mexicanos — ambas com menor peso. As quatro participam

de um organismo criado pelo governo recentemente, o Congresso do Trabalho. “Ele reúne as 38 entidades sindicais mais fortes do país, mas se converteu num braço da CTM” — denuncia Juan Carlos.

“Paraíso” da Costa Rica é abalado pelo neoliberalismo e pela violência policial

Muitos já se referiram a Costa Rica como um exemplo de democracia na América Latina, onde não existiria exército e predominaria o clima de paz social. Os líderes sindicais desta pequena nação, entretanto, não são nada ufanistas. Num país com cerca de 3 milhões de habitantes, o desemprego atinge 5,5% da PEA e a pobreza vitima 19% da população. Sobre a tal inexistência do exército, lembram que esta conquista foi garantida pela Constituição num período revolucionário. Mas ressaltam: a polícia militar é fortemente armada e é treinada pelos EUA.

Como no restante do continente, a Costa Rica também não se safou da ofensiva neoliberal. Já foram aplicados no país três planos econômicos com este cunho — denominados de Projetos de Ajuste Estrutural (PAE). Estes têm como objetivo prioritário a redução dos gastos públicos, o que vem sendo feito com o arrocho dos salários, a chamada mobilidade laboral (flexibilidade dos direitos e demissões em massa) e o fim dos subsídios à agricultura e às pequenas empresas. Também foram elevados os impostos diretos e indiretos, afetando basicamente os assalariados e a classe média. Outro pilar essencial do PAE é a privatização das estatais, entregues às multinacionais. Há ainda o incentivo à exportação, através das zonas francas com mão-de-obra barata, e a redução das taxas alfandegárias aos produtos importados. Toda esta política reduziu drasticamente o mercado interno. Hoje o país passa por sérios problemas de abastecimento.

Todos estes planos foram impostos pelos credores estrangeiros, que condicionaram os novos investimentos no país ao pagamento da

dívida externa. O setor público foi o mais atingido. Cerca de 25 mil servidores foram demitidos na fase recente. Com a falência de centenas de pequenas empresas nacionais, também aumentou o desemprego no setor privado. Os acordos com o FMI resultaram ainda em cortes profundos nos gastos sociais. Como consequência, cresce o analfabetismo e há o retorno de antigas doenças — como o cólera.

Além do desemprego, os trabalhadores são vítimas do maior arrocho salarial da história do país. O governo reajusta o salário a cada seis meses, sendo que os índices ficam sempre abaixo dos da inflação. A negociação coletiva e o direito de greve são, na prática, proibidos e ilegais no setor privado. Tendo como pano de fundo este quadro, nada otimista, a assessora jurídica da Confederação Unitária de Trabalhadores (CUT), Patricia Con, de apenas 25 anos, fala da situação atual e dos desafios do sindicalismo em seu país.

A liberdade sindical e o direito de greve não são respeitados nas empresas

Para ela, o movimento sindical da Costa Rica não tem conseguido dar resposta à ofensiva neoliberal. Como consequência, atravessa grave crise — que se expressa na queda do número de sindicalizados e mesmo no fechamento de algumas entidades sindicais. Conforme explica, estas dificuldades se manifestam com maior força nas empresas privadas. “Nelas não existe liberdade sindical e nem direito de greve. Os empresários se recusam a negociar com os sindicatos, que são frágeis. Mesmo a sindicalização é negada. Quem se associa é demitido no dia seguinte”.

O patronato promove verdadeiro terrorismo contra os sindicatos. As lideranças são perseguidas no seu cotidiano. As empresas as mudam de seção, aumentam a carga de trabalho, etc. Listas negras circulam para evitar a contratação de líderes grevistas. Há também uma forte campanha contra o movimento sin-

dical na mídia. “Diante de tanta violência, em 88 os setores democráticos da sociedade pressionaram o Congresso, que elaborou um projeto sobre a liberdade sindical. Mas os empresários contrataram e o governo recuou, vetando-o” — lembra Patrícia.

Na sua opinião, toda esta violência visa aplinar o campo para a implementação dos “planos de ajuste”. Até agora, seis estatais rentáveis — nas áreas de seguros, eletricidade, cimento, fertilizantes, banco e petróleo — foram privatizadas. “A nossa economia está totalmente desnacionalizada. Tudo é feito para beneficiar o capital estrangeiro. Os preços dos produtos da cesta básica, antes subsidiados, foram liberados. Agora, tudo é mercado”, comenta, indignada.

Na ausência do Exército, abolido em 49, as classes dominantes contam com a ação da polícia militar, que cumpre o papel de agente repressor do movimento popular e democrático. Durante as históricas greves dos bananeiros, nos anos 80, ela atuou com violência contra esta que era considerada a categoria mais organizada de trabalhadores. O próprio governo já reconheceu publicamente que, em caso de conflitos de maior envergadura, a polícia facilmente se converte em exército.

Atualmente, a repressão tem se destacado no combate aos camponeses. A chamada polícia rural é conhecida por queimar ranchos, destruir plantações e espancar lavradores. No final de 91, dois comandos “Rambos” foram as montanhas e assassinaram dezenas de trabalhadores rurais — e inclusive uma criança. O governo alegou combate ao tráfico de drogas. “Mas, na verdade, visava impedir a ocupação de terras improdutivas nas mãos do latifúndio. Em nosso país, os soldados são chamados de “gorilas” pela população do campo”, diz Patrícia.

Já no setor público, a assessora da CUT avalia que o quadro é menos perverso. Fruto das conquistas democráticas do passado, que hoje são alvo de intensa campanha contrária do governo, o funcionalismo ainda goza de certa estabilidade no emprego e do direito de organização. “O sindicalismo no setor público é o único que cresceu nos últimos anos. Atualmente, é o mais dinâmico nas lutas de resistência. Apesar disso, padece de ser me-

nos militante do que os sindicatos operários e é muito corporativista, atuando só nas questões específicas”.

Movimento sindical está pulverizado e sofre forte influência do exterior

A advogada cita outros dois grandes obstáculos à organização dos trabalhadores. O primeiro, muito grave, é o da divisão do sindicalismo. No setor de seguridade social, por exemplo, existem 42 entidades de base. Tal fragmentação se manifesta em quase todas as categorias. Além disso, a Costa Rica possui sete centrais sindicais. “Nenhuma delas têm força efetiva, o que prejudica as lutas trabalhistas e alimenta o fenômeno recente do esvaziamento dos sindicatos”.

Segundo seu relato, a CUT já foi a central mais representativa do país, mas perdeu força em virtude da ofensiva neoliberal e também das disputas internas. Filiada à FSM, atualmente realiza conversações com a Central dos Trabalhadores da Costa Rica (CTRC) com vistas à reunificação. O mesmo processo também se observa no campo da direita sindical, onde as três centrais formaram uma coordenação unitária — a Rerun Novarum —, acatando as orientações da Ciosl.

Apesar disto, a unificação esbarra em interesses mesquinhos. Um deles se refere ao Banco Popular. Nenhuma delas quer perder acento na direção deste órgão, que manuseia os fundos provenientes das pensões dos trabalhadores. As centrais de direita contam com o respaldo do governo, que converteu a Rerun Novarum na única interlocutora oficial do movimento sindical. Elas também utilizam os meios de comunicação para divulgar sua ação, numa propaganda de altos custos.

As três centrais sofrem interferência direta da Ciosl, que recentemente financiou a compra de um edifício e de um centro de recreação. Os dirigentes da Rerun Novarum vivem em viagens ao exterior e contam com apoio financeiro nas atividades de formação e na fundação de sindicatos. “Atualmente,

muitos dólares rolam nos sindicatos. A Ciosl procura corromper os dirigentes, inclusive assessores e sindicalistas de esquerda. Seus enviados falam abertamente que têm dinheiro e alguns cedem à tentação” — denuncia Patrícia.

“Solidarismo” é a nova arma da burguesia contra a luta dos trabalhadores na região

O segundo grande entrave é o movimento chamado de “solidarismo”. Ele é composto por empresários, governo e setores inorgânicos dos trabalhadores. Sob controle direto do capital, visa se contrapor aos sindicatos e tem três ingredientes básicos: o ideológico, a oferta de programas assistenciais e um modelo próprio de organização e de inserção nas empresas. Atualmente existem mais de 1300 organizações solidaristas na Costa Rica, com 13% da PEA associada.

O principal ideólogo do solidarismo foi o economista Alberto Martin, que teve influência dos pensamentos social-democrata e democrata-cristão da Europa — onde viveu na década de 40. O que explica o seu vertiginoso crescimento recente é que a Costa Rica passou por uma longa experiência do chamado “Estado de bem estar social”, implantado pela social-democracia no pós-guerra. Nesse período, o solidarismo não vingou. Mas com o surgimento do neoliberalismo e a falência do projeto social-democrata, ele se tornou a uma alternativa para a burguesia.

O solidarismo conta com a ajuda financeira das entidades empresariais e com o apoio da ala conservadora da Igreja católica. O seu principal assessor, Claudio Solano, é diretor da Escola João XXIII e um dos mais respeitados conselheiros do Vaticano para as questões sindicais. Em 84, o patronato conseguiu aprovar a “lei solidarista”, que dá respaldo legal ao movimento e permite a utilização dos fundos dos trabalhadores — como a indenização por dispensas. As associações solidaristas hoje administram patrimônio estimado em mais de US\$ 300 milhões.

Tendo como alavanca a própria miséria do povo, o solidarismo procura atrair os setores marginalizados através do fornecimento de alimentos, acesso a operações de crédito e mesmo como agenciador de empregos. Ele é frontalmente contra as lutas salariais e as greves, afirmando que elas debilitam a economia. A atuação do solidarismo se identifica com o projeto neoliberal, defendendo as privatizações, o chamado “Estado mínimo” e a liberdade total de mercado.

Em decorrência dos êxitos no embate contra as forças de esquerda, a experiência solidarista já se estendeu para outros países da América Central. Na Guatemala existem cerca de 350 associações deste tipo, que contam com apoio dos militares — que inclusive perseguem e matam sindicalistas. Em El Salvador, adota o nome de Associações Operárias-Patronais. No Panamá, a multinacional Coca-Cola é a principal incentivadora do solidarismo. Já na Nicaraguá, o governo Chamorro contratou técnicos da Costa Rica para divulgar o modelo.

Neoliberalismo agrava a miséria de Honduras e gera maior dependência

O neoliberalismo começou a ser implementado em Honduras no início da década de 80, com o nome de “política estrutural da economia”. A partir dos anos 90, o processo foi agilizado — principalmente através do programa de privatização das estatais. Houve também uma forte desvalorização da moeda nacional. Como o país depende o mercado externo, isto gerou o encarecimento de várias mercadorias, a retração do mercado interno e o desabastecimento do país. Os remédios, por exemplo, que são importados, hoje são totalmente inacessíveis à população.

Segundo Armando Viatoro, dirigente do Sindicato dos Têxteis de São Pedro Sula e vice-presidente da Federação Unitária dos Trabalhadores de Honduras (FUTH), os efeitos sociais da aplicação do projeto neoliberal são nefastos — em especial numa economia

que já era bastante debilitada. Pequenas e médias empresas nacionais faliram, aumentando o desemprego, e o Estado reduziu drasticamente os investimentos nas áreas sociais — como saúde, educação e moradia.

Conforme explica, o neoliberalismo tem relação direta com o pagamento da dívida externa. O presidente Rafael Callejas, do Partido Nacional, de direita, assumiu o compromisso prioritário com os credores. A redução dos gastos públicos, o arrocho salarial, a elevação dos impostos e das taxas de serviços, entre outras medidas, fazem parte do seu plano de ajuste. “A consequência é que o povo está faminto e as multinacionais mandam na economia nacional”, comenta Viatoro.

Já no que se refere ao processo de privatização, Viatoro garante que o governo esbarra na resistência dos sindicatos e da sociedade civil. Empresas rentáveis, de setores estratégicos da economia, ainda não foram golpeadas. Há projetos em tramitação no Congresso para privatizar a Empresa Nacional de Energia Elétrica, a companhia de comunicações e a indústria de cimentos. “Até agora, entretanto, as elites não conseguiram pleno sucesso nesta empreitada. Isto não quer dizer que elas desistam. A batalha contra a ofensiva neoliberal é muito dura”.

**Num quadro de defensiva,
sindicalismo resiste e
procura acumular forças**

Neste quadro, o sindicalismo tem um importante papel, mas está debilitado. Há no país cinco centrais sindicais. A que ainda goza de maior inserção é a CGT, que prega a colaboração de classe e é filiada à Ciosl. “No passado, ela foi uma entidade de luta. Mas hoje é dominada por agentes governistas”, opina Viatoro. Há ainda duas “coordenações

nacionais”, que procuram unificar as centrais mais afinadas. A Confederação dos Trabalhadores de Honduras (CTH), que reúne as três entidades ligadas à Ciosl; e a Central Única dos Trabalhadores de Honduras (CUTH), que coordena as atividades das duas centrais de corte mais classista.

Apesar do recente esforço de unificação, o movimento sindical hondurenho ainda é muito frágil. Apenas 15% dos trabalhadores são sindicalizados. Contribui para isto a forte repressão do governo e dos patrões. “É comum a prisão de líderes sindicais. Muitos são mortos ou aparecem nas listas de desaparecidos. Em julho de 92, por exemplo, o dirigente do Sindicato dos Eletricitários, Roberto Borges Branco, foi brutalmente assassinato. Os assassinos ficaram impunes, mas todo mundo sabe que o crime foi cometido por agentes da polícia” — denuncia Viatoro.

Os sindicatos são débeis do ponto de vista financeiro. As empresas proíbem a atividade sindical, demitem as lideranças e mesmo os dirigentes com mandato, desrespeitando a estabilidade garantida em lei. Segundo Viatoro, “hoje se nota uma ofensiva patronal no sentido de liquidar os sindicatos. Isto faz parte do projeto neoliberal”. A gravidade da situação social também afeta os 150 sindicatos do país. Numa população de 5 milhões de habitantes, cerca de 23% da PEA está desempregada e há um grande número de pessoas no mercado informal.

Para dificultar a resistência da sociedade, o governo reprime as atividades políticas. Através de uma legislação autoritária, dificultou o registro dos partidos de esquerda. “Estamos numa situação muito difícil. Existem lutas, mas elas são dispersas. Não há uma organização sólida. Vivemos numa fase de defensiva, só apagando fogo. Recebemos um golpe e tentamos responder. É um período de resistência, onde o nosso esforço é para acumular o máximo de forças no combate ao neoliberalismo”, conclui o dirigente da FUTH.

* Jornalista.
Presidente
do Centro
de Estudos
Sindicais
(CES)

Caso Rhodia-Cubatão: multinacional contamina e mata trabalhadores

Vanessa Meriqui *

Além de explorar a mão-de-obra barata dos países dependentes, as multinacionais não têm qualquer compromisso com a preservação do meio ambiente. A falsa propaganda "ecológica" escamoteia a instalação de fábricas altamente tóxicas e sem qualquer segurança ocupacional. A recente interdição da Rhodia, fábrica francesa que provocou uma tragédia ambiental no litoral paulista, demonstra o descaso como os trabalhadores e a população são tratados e reforça a necessidade da intervenção do sindicalismo nesta importante frente de luta.

No dia 7 de junho deste ano, uma medida judicial assinada pelo juiz da Curadoria Ambiental de Cubatão, distante 60 km da capital paulista, determinou a interdição da unidade da multinacional Rhodia, instalada naquela cidade desde 1976. O processo baseou-se na constatação de que todos os funcionários da fábrica — num total de 158 pessoas — apresentavam alto grau de contaminação no sangue por produtos organoclorados, utilizados como matéria-prima dos solventes e desengraxantes produzidos ali.

Tais produtos são altamente cancerígenos e provocam danos no sistema nervoso central, fígado, rins, pele, além de alterar o sistema genético e imunológico. São danos irreversíveis para a saúde humana, até porque venenos como hexaclorobenzeno, conhecido como o HCB, e o pentaclorofenol — o temido pó da china —, que fazem parte desta categoria de organoclorados, são acumulativos no organismo.

Mas longe de configurar-se num drama para esses funcionários apenas, a empresa de

Cubatão provocou uma das mais trágicas contaminações ambientais conhecidas em nosso país. Isto porque a Rhodia, que produzia 50 toneladas de resíduos sólidos ao mês, despejou — clandestinamente — durante anos a fio, toneladas e toneladas de lixo químico em diversas áreas da Baixada Santista, contaminando a tudo e a todos.

Hoje, doze desses lixões já foram detectados e catalogados pela Cetesb, sendo quatro em Cubatão, três em São Vicente e cinco em Itanhaém. Acredita-se, no entanto, que mais depósitos clandestinos ainda não localizados estejam contaminando outras áreas da Baixada Santista. Alguns desses lixões já localizados estão à beira de cursos d'água, entre eles os rios Cubatão e Pilões, que servem de manancial para a captação da água distribuída para a região. Outros estão localizados em terrenos já loteados, nos quais sítios e vilas inteiras crescem sob o risco da contaminação de toda a sua população.

Descaso da multinacional para com a saúde dos trabalhadores na fábrica

Subsidiária do grupo francês Rhône-Poulenc e responsável por cerca de 20% da exportação brasileira do tetracloreto de carbono e percloroetileno, a Rhodia-Cubatão é mais um daqueles exemplos clássicos de multinacional que em filiais do Terceiro Mundo apresentam um comportamento completamente diferenciado daquele empregado em seu país de origem. É uma empresa que, além de superexplorar a mão-de-obra barata, não fornece as mínimas condições de trabalho e, como indústria química, não cumpre nem a metade das exigências legais de proteção de saúde de seus trabalhadores.

Para se ter uma idéia das condições de trabalho dentro da Rhodia-Cubatão, basta um único dado para indicar o perigo que ela significa: o seu solo concentra um foco de contaminação com organoclorados 7.840 vezes superior ao permitido por padrões internacionais. O que caracteriza exposição permanente de seus funcionários.

Mas isso não é tudo. Celso Lorejan, vice-presidente da Cipa da Rhodia, diz que já denunciou por diversas vezes que além de equipamentos ultrapassados, os mecanismos de proteção contra vazamentos são totalmente obsoletos. “A Rhodia diz que investe em tecnologia, mas não é verdade. Ela procura gastar o menos possível e assim mesmo só em casos de acidentes graves”, afirma.

De fato, um relatório feito pela Secretaria Estadual da Saúde, a partir de uma visita surpresa na fábrica em dezembro passado, é bem claro e denuncia, entre outras coisas, “a inexistência de detectores de vazamento de cloro nos pontos de utilização, inexistência de um sistema de segurança que impeça a abertura acidental de registros controladores, emanção de gases durante o entamboramento de produtos e existência de resíduos em canaletas a céu aberto”, o que sem dúvida provocam várias situações de exposição ocupacional dos trabalhadores.

Conforme informações do Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas da Baixada Santista, a fábrica do grupo na França é totalmente modernizada, e os trabalhadores manuseiam produtos químicos superprotegidos com roupas vedadas. Aqui, onde o uniforme se resume em luvas, capacete, botas, máscaras e roupas de brim, há quem trabalhe até de sandálias. O pior é que se sabe que a Rhône-Poulenc já garantiu fundos para modernizar sua subsidiária brasileira. Segundo Cesar Pereira, da Comissão Estadual de Meio Ambiente da CUT-SP, o gerente internacional de meio ambiente da fábrica na França afirma que o conglomerado já mandou milhões de dólares para que a Rhodia de Cubatão melhorasse suas instalações, mas até agora nada foi feito.

Somando-se isso tudo, o resultado não poderia ser diferente: todos os trabalhadores contaminados. Mas exames clínicos parecem não ser suficientes para que dirigentes da fábrica de Cubatão se sensibilizem. Tanto que a empresa alegou, em nota divulgada à toda imprensa paulista na época da interdição que “não se tem conhecimento de que haja correlação, cientificamente estabelecida, entre a presença do HCB no organismo humano e o desenvolvimento de doenças crônicas”, se eximindo, portanto, de qualquer responsabi-

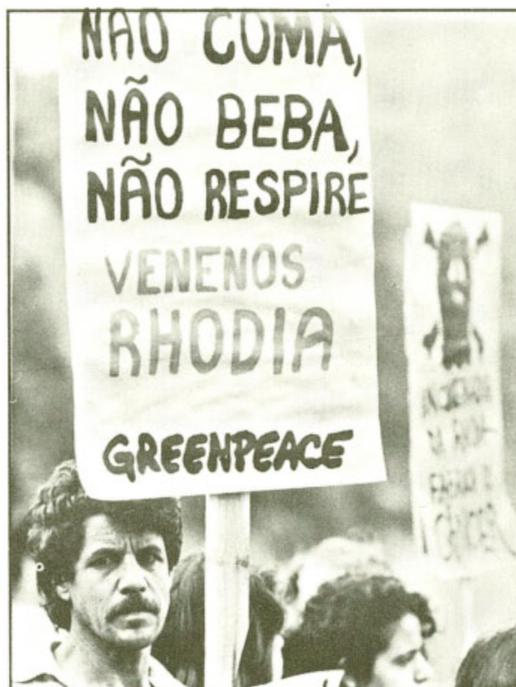
lidade no caso da morte de seu funcionário Carlos Alberto Miranda Vieira, em dezembro passado. Carlos Alberto, de 32 anos, do tipo atlético, morreu de pneumonia em poucos dias. Seus exames não comprovaram a presença de qualquer vírus letal, mas sim muito HCB no sangue e no líquido extraído de seus pulmões.

Já o funcionário José Nepomuceno dos Santos, na Rhodia há 16 anos e contaminado há muito tempo — com lesões irreversíveis no fígado —, faz outra denúncia que compromete ainda mais a Rhodia: a postura de alguns médicos por ela contratados, que sempre foram coniventes com a empresa. “Às vezes, fazíamos exames e o resultado só vinha cinco ou seis meses depois. Quando vinha! Ou então eles adulteravam o resultado e diziam que estava tudo bem com a nossa saúde. É por isso que tem muita gente morrendo sem saber o por que”. O próprio Nepomuceno ficou sem saber da gravidade do seu problema no fígado por quatro anos, devidos a esse esquema.

Foi por esta razão que, juntamente com outros companheiros, criou a Comissão de Funcionários da Rhodia, que vem fazendo de tudo para conseguir que a empresa garanta assistência médica para todos. A mobilização desses funcionários no entanto, não teve início somente agora que a mídia tomou conhecimento do caso Rhodia. Ela vem desde 1978, quando funcionários do “Penta”, como era conhecida a área que manuseava o pentaclorofenol — o pó da china — conseguiram, depois de muito custo fechar o setor, tamanho o grau de periculosidade dessa atividade. De lá para cá, eles permaneceram organizados, colhendo agora o resultado das denúncias feitas insistentemente durante anos. A interdição da fábrica foi o melhor fruto dessa colheita.

A criminoso contaminação atinge toda a população marginalizada da região

Constatado o total descaso da empresa no que se refere à saúde dos trabalhadores, não é difícil deduzir que a preservação ambiental fora da fábrica é uma preocupação bem dis-



tante dos projetos de seus administradores no Brasil. As denúncias de contaminação de moradores na Baixada Santista chegam a chocar.

No Vale dos Pilões, por exemplo, distrito de Cubatão localizado dentro do Parque da Serra do Mar, a paisagem bucólica — digna da reserva florestal que é — parece dissimular o desastre ecológico do qual está sendo palco. Mas nesta região, onde funcionou até 1978 um depósito da prefeitura destinado ao lixo urbano, não demorou muito para que a Rhodia despejasse seus dejetos industriais. Assim, durante quase duas décadas, caminhões de substâncias altamente perigosas eram despejados nesta área. Desativado o “lixão” da prefeitura, a empresa continuou jogando seu lixo lá, nos mais diversos locais, mesmo com moradores já instalados na região.

Iolanda Batista dos Santos, que mora lá há 16 anos, conta que o descarregamentos foram feitos muitas vezes em seu quintal (até hoje ainda tomado por grandes toceiras de HCB), provocando um mal estar insuportável em toda a família. Com alto grau de contaminação, ela chegou a ir para a França falar com o presidente do grupo Rhône-Poulenc, levada pela entidade internacional Greenpeace, cuja campanha contra produção de substâncias tóxicas tem na Rhodia brasileira um de seus principais alvos. Vale dizer que nenhuma

providência foi tomada pelo dirigente francês, que orientou dona Iolanda a que processasse a empresa no Brasil.

Mas o maior foco de contaminação do Pilões, segundo especialistas, não é o quintal de dona Iolanda, e sim o sítio do pernambucano Oliveira Ribeiro, de 62 anos, no Vale há 12. Com cerca de 100 mil m² de terra, onde estão plantados 8 mil pés de banana, "seu" Oliveira cuida do sítio com ajuda de sua esposa, hoje ambos contaminados pelo pó da china. O mais grave é que, segundo o médico sanitário e perito do ministério público, Eládio Santos Filho, toda e qualquer plantação ou criação de animais para consumo no Pilões estão contaminados. O que significa dizer que a banana cultivada no sítio do seu Oliveira, e que tem sido comercializada durante todos esses anos, leva consigo substância tóxica, perigosa e imperceptível.

Assim como o sitiante, todos os quase 300 moradores do Vale produzem e consomem alimentos contaminados. E não é só. Segundo o Dr. Eládio, a água, terra e até a areia, com a qual crianças brincam despreocupadamente, estão envenenadas. Por essa razão, evidentemente, todos estão condenados. Maria José Aparecida da Silva por exemplo, que mora lá há 7 anos, sofre de pressão alta e já teve pneumonia diversas vezes. Seus filhos, Rogério, de 6 anos, Rodrigo, de 3 e Eliza, de 2, sofrem de doenças ocasionadas pelo ambiente em que vivem: anemia, bronquite e pneumonia. Maria José está grávida novamente e diz que os médicos lhe avisaram que seu bebê, ainda antes de nascer, já está contaminado também.

E se cada uma das 70 famílias do Vale dos Pilões têm sua história, tão dramática quanto incompreensível, no distrito do Samaritá, área continental de São Vicente, a realidade não é diferente. Ali, numa faixa de cerca de 9 km², sob os pés de milhares de moradores também existe o perigo espalhado pela Rhodia, já que abriga três dos lixões localizados. Um deles, está situado no Quarentenário, uma imensa cratera, pode-se dizer, provocada pela remoção de terra contaminada, onde surgiu uma favela com 8 mil moradores atualmente. Já o Rio Mariana, que corta a região e onde tantos pescam, foi constatada uma con-

taminação 4.750 vezes superiores aos índices admissíveis pela Organização Mundial de Saúde.

O grau de exposição permanente é tamanho que não se tem idéia da extensão da contaminação na área. Sabe-se que há muita gente doente, mas segundo a Dra. Agnes Mesquita, médica sanitária que deu assistência àqueles moradores, é impossível detectar todos os contaminados. A impossibilidade desta estatística é simples: além da incerteza do número dos lixões existentes e das dificuldades da pobreza local, não há qualquer ajuda financeira ou infraestrutura fornecida pela secretaria de Saúde do Estado. A Dra. Agnes sabe do que fala, pois foi coordenadora do Projeto Sumaritá — criado por pressão popular para que o Estado desse assistência aos contaminados — e que durou apenas dois anos, de 88 a 90. Segundo ela, terminada a verba, fim do projeto: não houve mais investimentos do Estado, que passou esta responsabilidade para o município (também ineficiente). Desde então, todos os doentes do Samaritá têm se virado como podem, numa prova cabal do descaso do Estado com relação à sua saúde.

A omissão do governo e o papel do movimento popular na defesa do meio ambiente

Essa postura descompromissada da secretaria de saúde se reproduz em outras áreas governamentais. Um exemplo disso está na Cetesb — principal órgão estadual de fiscalização ambiental — que poderia impedir a desova dos resíduos tóxicos da Rhodia. Além de não o fazer, a Cetesb hoje está sendo processada pela Promotoria de Meio Ambiente da Baixada Santista por ter sido negligente e até omissa no caso.

Desde 1978, técnicos do órgão produziam estudos e levantamentos sobre os danos e os riscos a que a população estava submetida. Mas a sua direção regional não tomou providência. Somente em 85 é que exigiu que a Rhodia apresentasse um plano de destinação

final de resíduos químicos e em 88 foi exigida uma proposta de incinerador. Pressionada pelos movimentos populares, em 86, a Rhodia construiu o que chamou de “Estação de Espera”, no km 67 da Rodovia Pe. Manoel da Nóbrega, em São Vicente, onde deveria depositar o seu resíduo industrial até que fosse incinerado. Mas construída para capacitar 12 mil toneladas, ela guarda hoje 33 mil toneladas, tão mal acondicionadas que o lençol freático da região já se contaminou.

A Cetesb sabe disso, mas nega. Quanto ao incinerador, proposto para resolver o problema, tornou-se mais uma dor de cabeça: Sônia Rossi, assistente da campanha contra substância tóxicas do Greenpeace afirma que ele libera, com a incineração desses resíduos, dioxinas no ar tão ou mais perigosas do que o veneno já encontrado em terra. Opinião polêmica, da qual a Cetesb também discorda.

Entre tantos danos, polêmicas e omissões, o movimento popular foi se constituindo no principal fórum para as denúncias que permeiam o caso Rhodia. Em 92, foi criado o Fórum Permanente de Saúde e Meio Ambiente da Baixada Santista, que reúne a CUT, diversos sindicatos, entidades ambientalistas, associações de moradores e até representantes de órgão públicos, como Conselho Municipal e Secretaria do Meio Ambiente de Santos. As ações do Fórum, com denúncias, atos públicos, audiências públicas, envolvimento de parlamentares, foram fundamentais para a interdição da fábrica. Hoje, seus representantes têm travado outra luta, a de exigir que os danos causados sejam reparados e indenizados pela empresa.

Embora se tenha claro que não há solução para a tragédia ambiental provocada pela Rhodia, ações conjuntas poderiam abrandá-las. As secretarias de saúde das diversas esferas de governo providenciariam assistência médica; as de habitação, a remoção dos contaminados para áreas não expostas; os órgão de controle ambiental cuidariam do saneamento e assim por diante. Tudo isso numa discussão conjunta com a própria população, para que ela decida sobre o seu futuro. Sem omissões, sem descaso e organizadamente.



Moradores protestam em Cubatao

Há que se ter claro também que casos como esse têm acontecido cotidianamente no Brasil, um país submetido violentamente à lógica do lucro, onde multinacionais fazem o que querem, com a conivência do governo. Nestes casos, não é o trabalhador que decide o que produzir, como produzir e para quem. Por isso, sua força de trabalho e sua saúde, assim como a natureza, viram simples mercadoria. É preciso que se faça entender que os trabalhadores são muito mais do que simples produtores de bens e serviços. São também cidadãos, que não devem ser penalizados por ações criminosas de uma empresa, pela lentidão da justiça ou omissão do governo. E como tal, devem intervir no processo de produção, pois é o seu trabalho que garante a manutenção e a reprodução da vida e do meio social. Questionar, propor alternativas para transformar este triste quadro a que populações inteiras estão submetidas é o desafio colocado para a sociedade como um todo e para o movimento sindical em particular.

* Assessora de imprensa do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema)

Jailton Garcia

A conturbada história do movimento sindical e do trabalhismo na Inglaterra

Augusto Cesar Buonicore *

O Labour Party (Partido Trabalhista) e o movimento sindical da Grã-Bretanha se confundem nas suas longas trajetórias, tais os vínculos que unem as duas formas de organização. No artigo a seguir, o autor destaca os momentos mais marcantes desta história. Ele mostra as contradições do movimento operário inglês, onde sempre houve o predomínio da concepção reformista mas nunca deixaram de existir grandes confrontos com o patronato.

Em 1868 as bolsas de trabalho de Manchester e Salford resolvem convocar um congresso com todas organizações operárias da Grã-Bretanha. Deste congresso, realizado em 1869, nasce o Trade Union Congress (TUC). Os 40 delegados, representando 250 mil trabalhadores, aprovam a resolução de que a nova entidade se reúna anualmente. Entretanto, levaria ainda mais dois anos para que o TUC criasse um comitê de ligação permanente, cujo o principal objetivo não era o de coordenar a luta sindical e sim o de acompanhar os debates no parlamento e pressionar os

deputados pela aprovação de projetos em benefício dos trabalhadores.

O acompanhamento e a pressão extra-parlamentar sobre os deputados burgueses mostraram-se insuficientes. Era necessário urgentemente eleger uma bancada operária. O TUC conclama os sindicatos a sustentarem política e financeiramente os candidatos comprometidos com a luta pela “propriedade coletiva dos meios de produção”.(1)

Um congresso extraordinário em 1900 aprova a formação de um grupo trabalhista no parlamento e, para coordenar este esforço, é

criado o Labour Representation Comitê (LRC). Uma caixa eleitoral foi formada para sustentar os candidatos trabalhistas. Esta seria alimentada com as contribuições obrigatórias dos trabalhadores que, no ato da sindicalização, passavam a ser filiados a uma organização política. O LRC elege em 1906 uma bancada de 29 sindicalistas, que passam a formar no parlamento um grupo homogêneo. Nasce assim o Labour Party. Ele já nasce organicamente ligado aos sindicatos e não se propunha a ser um partido de caráter socialista. Mesmo assim, a sua criação causou um grande espanto entre os setores mais conservadores da sociedade britânica.

A contra-ofensiva patronal não demora e viria através de um sindicalista de nome Osborne. Alegando que as contribuições sindicais ao Labour quebrariam a “independência” dos sindicatos, solicita à justiça a sua proibição. A Câmara dos Lordes rapidamente acata a queixa e toma a decisão: “As unions não têm o direito de contribuir financeiramente com um partido político”(2). Os sindicatos lançam uma grande campanha contra a intromissão do Estado na vida sindical. Quem deve decidir para onde vai o dinheiro dos trabalhadores são os próprios trabalhadores. A campanha culmina em 1913 com a vitória dos sindicalistas e a abolição das restrições. A partir desta data, cada vez mais as despesas do aparelho central do Labour Party serão mantidas pelas contribuições dos sindicalizados. Nos anos 70 elas representavam 88% de toda receita do Partido.(3)

Greve geral de 26 mostra o caráter vacilante da direção do sindicalismo

Em abril de 1926, dentro da estratégia de reestruturação das minas britânicas, os patrões iniciam as demissões dos mineiros que se recusavam a aceitar a redução salarial e a ampliação da jornada de trabalho. Os operários lançam a consigna: “Nenhum centavo à menos nos salários, nenhum minuto a mais de

trabalho”. Estava aceso o estopim do que seria o maior conflito social da história recente da Grã-Bretanha.

O Conselho Geral do TUC, que assumiu a direção do movimento, buscou até a última hora impedir a eclosão da greve. Chega a aventar a possibilidade de aceitar uma redução menos drástica dos salários, contra a vontade dos mineiros. O governo, sentindo as vacilações da direção do TUC, endurece o jogo e rompe as negociações.

No dia 3 de maio inicia-se a greve geral. Cerca de 3 milhões de trabalhadores paralisam as suas atividades. O movimento supera todas as expectativas do governo e da própria direção sindical. Dia a dia vai ficando mais claro o contraste entre a radicalidade e amplitude do movimento e a modéstia dos objetivos a ele impostos pela direção do TUC.

Depois de mais de uma semana de greve, que abalaria profundamente a economia britânica, a direção do TUC capitula e estabelece um acordo com o patronato aceitando o rebaixamento salarial em troca da não demissão dos grevistas. A greve geral é interrompida. Os mineiros recusam a proposta e são deixados a própria sorte. A paralisação nas minas duraria ainda mais de seis meses até ser definitivamente derrotada.

Os conservadores, aproveitando-se da derrota dos operários, fazem aprovar no parlamento o *Trade Dispute Act*, uma legislação que restringia drasticamente a ação política e reivindicatória dos sindicatos. A nova lei determinava que: ficava proibida a cotização política automática dos sindicalizados ao Labour Party; a greve nos serviços públicos ficava proibida, como também se proibia toda e qualquer greve que ultrapassasse o limite de uma determinada empresa; era também considerada ilegal qualquer greve que visasse pressionar o governo.(4)

Os líderes sindicais britânicos pagariam um preço alto por suas posições vacilantes diante da burguesia. Ela não estava, naquele momento, disposta a aceitar nenhuma forma de organização independente dos trabalhadores, mesmo que esta organização fosse o Labour Party.

A primeira experiência dos trabalhistas no poder foi bastante conturbada

Em janeiro de 1924 o inesperado acontece: o Partido Trabalhista é chamado para compor o governo burguês e Ramsay MacDonald é indicado primeiro-ministro. O espanto é geral. Para muitos conservadores, um sindicalista no governo era o fim do mundo. Mas a euforia dos operários logo se transformou em frustração e a apreensão da burguesia, em alívio. Nos nove meses que esteve a frente do governo, sem maioria parlamentar, o Labour Party não conseguiu realizar nenhum ponto do seu programa. Embora o monstro não fosse tão feio assim, ainda não inspirava muita confiança às classes dominantes. Por isto elas se uniram para derrotar os trabalhistas nas eleições de novembro de 1924.

Às vésperas da grande depressão em 1929, entretanto, os trabalhistas voltam ao poder. O Labour Party já era o maior partido britânico, só que ainda não dispunha de maioria parlamentar. Esta correlação de forças não lhe permitiu implementar medidas com leve verniz reformista. Ele nem ao menos consegue fazer abolir o famigerado *Trade Dispute Act*. No poder, os trabalhistas se recusam a mobilizar as massas para apoiá-los contra o parlamento conservador.

Com o crescimento da crise econômica e o aumento do desemprego, o governo propõe uma *pausa* nas reivindicações operárias. MacDonald defende a formação de um governo de união nacional. A maioria dos sindicalistas e a própria direção do partido recusam a proposta e MacDonald simplesmente rompe com os trabalhistas. Dividido e enfraquecido, graças às suas posições reformistas, o Partido Trabalhista sofre outra derrota eleitoral que, desta vez, o deixaria fora da direção do governo por cerca de quinze anos.

Com o clima político criado no pós-guerra, um certo desejo de mudança leva a uma estrondosa vitória dos trabalhistas nas eleições de julho de 1945. Finalmente, o partido

obtinha a maioria no Parlamento e podia realizar na íntegra, se assim o desejasse, o seu programa de governo. E agora?

Nos primeiros anos, pressionado pela opinião pública, o governo toma algumas medidas de impacto, como a nacionalização das minas de carvão e do Banco da Inglaterra. Estabelece também uma eficiente rede de assistência social e institui o princípio da gratuidade para todos os serviços médicos. Além disso, finalmente consegue a revogação do *Trade Dispute Act*.

No auge do trabalhismo, o TUC condena as greves e persegue os comunistas

Mas as profundas alterações da conjuntura internacional, com a eclosão da “guerra fria”, alteram o quadro político na Inglaterra e a direção do Partido Trabalhista e do TUC se deslocam cada vez mais para a direita. O governo trabalhista será o responsável por colocar a Grã-Bretanha sob as asas do imperialismo norte-americano. O aumento dos gastos militares tem reflexos diretos nas políticas públicas, com cortes no orçamento para os projetos sociais.

A direitização da política atinge o movimento sindical. O TUC cada vez mais busca por freios na luta dos operários, reduzindo as demandas salariais. Em 1947, durante uma das muitas greves não oficiais, Lawther, dirigente do TUC, afirmaria: “Esta greve deve ser combatida por todos os membros leais ao sindicato. Nós não a toleramos. É preciso que o governo se empenhe, por todos os meios, em fazer cessar esses criminosos ataques que põe a produção em perigo”.⁽⁵⁾

Neste período, os comunistas conhecem um certo crescimento e são os principais dirigentes destas greves “selvagens”. Temendo a redução de sua influência, a direção do TUC inicia um inquérito sobre a presença comunista nos sindicatos, que culmina no afastamento de várias lideranças de trabalhadores.

Nas eleições de 51, os trabalhistas sofrem nova derrota. Mesmo assim, não abandonam sua política de direita. Só que o partido, em

função da sua base social operária, não estava imune a radicalização das massas. O Labour Party passa por crises internas, que o levam a amargar novas derrotas nas eleições de 55 e 59. A política estabelecida pela direção dos sindicatos passa a ser: “Não pedir aos conservadores nada que os trabalhistas não estejam em condições de conceder caso cheguem ao poder”.(6)

Central sindical assume de vez a postura reformista e assina um pacto social

Os trabalhistas voltam ao poder em 64 e nas eleições de 66 consolidam a sua posição. Os líderes sindicais, não querendo criar embaraços ao novo governo, mais do que de pressão estabelecem o seu pacto social. Este se dá através da assinatura da “declaração comum de intenções sobre a produtividade, os preços e as rendas”. Na prática, os sindicatos davam o seu aval a política de arrocho do governo trabalhista. As bases, no entanto, não aceitariam de braços cruzados o “pacto trabalhista” e, em muitos momentos, atropelariam as suas próprias direções sindicais.

Em setembro de 68, no Congresso de Scarborough, a esquerda trabalhista, liderada por Hugh Scalon e Franck Cousin, consegue maioria dos votos e aprova uma moção bastante crítica à política econômica implementada pelo primeiro ministro Harold Wilson. Scalon afirmaria: “Durante cinco anos, o governo trabalhista serviu-se de métodos tradicionais para resolver os problemas econômicos. Os preços foram elevados, reduziu-se a produção, aumentou-se o desemprego e o padrão de vida foi mantido a um nível abaixo do que devia. Após cinco anos de espera e de experiências amargas, devemos dizer que chegou o momento de por um fim a esta política”.(7)

Na verdade, as lideranças sindicais estavam fortemente pressionadas pelo movimento de massas, que se radicalizava dia a dia. O governo Wilson tentou impor um limite máximo de 3,5% nos reajustes dos salários —

limite este bastante abaixo da capacidade de pagamento de muitos ramos industriais em expansão. Esta medida ia também contra o direito tradicional de livre negociação entre patrões e empregados. Os operários responderam com greves, a maioria sem o consentimento do TUC e das direções sindicais.(8)

Diante da onda grevista, a ministra do Emprego e da Produtividade, Barbara Castle, apresenta um projeto visando regulamentar o direito de greve. A própria direção do TUC se levanta contra tal projeto e lança uma campanha pela sua rejeição. O governo é obrigado a recuar e, em troca, os sindicatos se comprometem a conter as greves selvagens. Mas este compromisso não poderá ser cumprido por parte dos sindicalistas, visto que já não controlavam como antes as suas bases. Nos fins de 69, a política de austeridade é renovada, apesar da oposição dos sindicatos.

Os trabalhistas, desmoralizados, colheiam amargos frutos nas eleições de 70. De um lado, a burguesia não confiava mais na capacidade do Labour Party de dar paz e tranquilidade ao capitalismo britânico, ameaçado pelas sucessivas greves. Por outro lado, os trabalhadores já não alimentavam nenhum entusiasmo pelo trabalhistas, que não se mostravam tão diferentes dos conservadores.

Sindicalismo vira refém no revezamento de poder entre conservadores e trabalhistas

O novo governo conservador eleito, liderado por Heath, adota uma política de confronto com os sindicatos. Ainda em 70 é aprovado o *Industrial Relation Act*, uma legislação bastante restritiva à liberdade sindical e ao direito de greve. Os conservadores criam também o Tribunal Nacional de Relações Industriais, onde todos os sindicatos deveriam se cadastrar. Esse tribunal, quando solicitado, poderia impor a qualquer categoria um período de pré-aviso de 60 dias antes da deflagração de um movimento grevista e ainda a obrigatoriedade de escrutínio secreto

para a aprovação ou não da proposta de greve. Ele estabelece também uma lista de práticas desleais que passariam a ser passíveis de condenação legal.(9)

O TUC reage e boicota o cadastramento. As greves voltam a se multiplicar. Se em 70 a Grã-Bretanha havia perdido 12 milhões de dias nas greves, em 72 este número já subia para 24 milhões de dias.(10) Neste jogo de força, o governo levou a pior. Diante de ameaça de novas greves gerais dos mineiros, o governo Heath é obrigado a dissolver o Parlamento e convocar novas eleições. Estava aberto o caminho para a volta dos trabalhistas ao poder.

Entre as primeiras medidas do novo governo trabalhista, liderado por Callaghan, encontra-se a revogação do *Industrial Relation Act*. Durante mais de dois anos a direção do TUC aceitará a diminuição relativa do poder de compra dos salários sob a velha argumentação de que era preciso dar tempo às empresas para se reorganizar tendo em vista a concorrência internacional. Mas novamente ela não consegue estancar o descontentamento das bases sindicais.

A represa começa a vaziar água no fim da década de 70. Em 78, uma moção em oposição à política econômica trabalhista é aprovada no congresso do TUC. Um ano depois a represa estoura. Inúmeras greves sacodem o país (caminhoneiros, empregados em hospitais, distribuição de água, etc). A resposta do governo viria no congresso do Partido Trabalhista: "O poder dos trabalhadores é tal, afirmou Callaghan, que uma corporação pode sozinho colocar em perigo o funcionamento da sociedade".(11) Segundo ele, era preciso alterar esta situação ... a sociedade não podia ficar refém de alguns sindicatos.

A política salarial restritiva e o aumento da mobilização dos trabalhadores provocaram várias fissuras entre a direção de alguns sindicatos e o governo. E será esta crise interna dos trabalhistas a principal responsável pela derrota nas eleições de 79 e a ascensão da ultra-conservadora Margaret Thatcher. A vitória de Thatcher, depois dos trágicos acontecimentos de 1926, foi uma das mais sérias derrotas do trabalhismo na Grã-Bretanha.

A estrutura do TUC e o papel dos representantes de base — Shop Stewards

O TUC é a única central sindical da Grã-Bretanha. No final dos anos 80, possuía cerca de 8,5 milhões de sindicalizados. A entidade se reúne em congresso anualmente, onde discute o seu plano de ação. Mas o verdadeiro poder de decisão está nas mãos dos grandes sindicatos, como o Transport and General Workers Union (TGWU), com cerca de 2 milhões de membros, e o Almagamated Union of Engineering Workers (AUEW), que congrega mais de 1,3 milhão de aderentes.

O número de Unions (sindicatos) tem se reduzido nas últimas décadas devido ao processo de unificação de diversas entidades locais e de categorias afins. No início do século existiam 1223 sindicatos para 2.022.000 sindicalizados. Em 66, o número de sindicatos já estava reduzido a 564 e congregavam mais de 10.111.000 sindicalizados. Em 78, mais de 2/3 dos sindicalizados pertenciam a apenas 10 grandes sindicatos.(12)

O TGWU, que sozinho representa quase um terço dos efetivos do TUC, desenvolve-se absorvendo outros sindicatos menores e hoje, apesar do nome, representa mais de 11 categorias profissionais (indústria automobilística, construção civil, petroleiros, transporte rodoviário, alguns serviços públicos, etc). Apesar de existir uma única central sindical, na base ocorre uma justaposição da ação de vários sindicatos. Isto tem sido motivo de inúmeros conflitos.

A burocratização dos sindicatos e a sua postura conciliadora diante dos patrões e do governo, que sistematicamente pauta a sua política econômica pelo bloqueio dos salários, levam a uma certa apatia das massas em relação as entidades sindicais. Nos fins da década de 70, em média menos de 6% dos sindicalizados participavam das eleições do comitê diretor e da presidência das entidades. Na TGWU, a eleição de 78 para a substituição de Jack Jones se deu à luz da indiferença da

maioria dos sindicalizados. Moss Evans triunfou com 348 mil votos contra 119 mil do seu concorrente. A TGWU contava então com aproximadamente com 2 milhões de membros.(13)

A alma do sindicalismo britânico se desloca das grandes estruturas para as organizações por locais de trabalho. Existe na Grã-Bretanha uma rede de centenas de milhares de representantes sindicais na base. Estes representantes, chamados *Shop Stewards*, são eleitos diretamente dentro dos locais de trabalho — embora devam ser posteriormente reconhecidos pelos sindicatos, o que geralmente acontece. Nas principais empresas, os delegados dos diversos sindicatos formam um comitê, o que possibilita enfrentar de forma unitária os empresários e, assim, minimizar o efeito da pulverização sindical na base.

Os *Shop Stewards*, que existem desde o início do século, são um constante transtorno para a burguesia e uma ameaça permanente às direções burocráticas dos sindicatos. Através deles as forças de esquerda muitas vezes conseguiram passar algumas de suas posições e influenciar o movimento sindical. Por isto, estes representantes serão a vanguarda de inúmeras e importantes greves ocorridas na Grã-Bretanha. Eles são um obstáculo permanente às políticas de conciliação implementada pela direção do TUC.

A ofensiva neoliberal de Thatcher e o violento ataque aos sindicatos

Margaret Thatcher chegou ao poder carregada pela onda conservadora que se espalhou no mundo desde o final da década de 70. Com seu governo se inicia a chamada “contra-revolução neoliberal”. O seu principal objetivo era o de “salvar o capitalismo da crise a qualquer custo. Ao custo de eliminar os direitos sociais e políticos que os trabalhadores conquistaram com décadas de luta, reformistas ou não”.(14)

Para aplicar o seu plano antipopular era preciso quebrar a espinha dorsal do sindicamento britânico.

Já em 1980, ela busca restringir as paralisações de solidariedade. Retoma o sistema de aviso-prévio para a decretação de greve e a votação secreta. Inicia uma ofensiva propagandística contra os sindicatos e Thatcher não se intimida em utilizar a repressão aberta. O reflexo da ofensiva conservadora foi a redução drástica do número de greves.

“Entre 1979 e 1990 o número de dias parados caiu de quase 30 milhões ao ano para cerca de 2,5 milhões nos primeiros oito meses de 1990”.(15) Em 1984 uma grande greve dos mineiros, que durou quase um ano e contou com o apoio de diversas categorias, acabou sendo derrotada. Durante o conflito mais de 10 mil trabalhadores foram presos, 4 mil processados e 700 mil demitidos.(16) Este era o novo estilo adotado pelo governo britânico.

A crise econômica se agravava e os operários e os setores das classes médias se radicalizavam. A gota d’água foi o “pool tax” — pelo qual o governo aplicaria um imposto fortemente regressivo, penalizando ainda mais os assalariados. A Grã-Bretanha operária parecia estar despertando. Mais de 300 mil pessoas saíram as ruas, apesar das vacilações dos líderes trabalhistas. Nos confrontos que se seguiram, mais de 350 policiais e 86 civis ficaram feridos.

O crescimento do descontentamento popular com o governo Thatcher e a divisão política entre os conservadores levam a convocação de novas eleições em abril de 92. Para surpresa geral, os conservadores vencem e os trabalhistas sofrem a sua quarta derrota consecutiva. A crise da direita era profunda, mas a dos trabalhistas era ainda maior.

Como conclusão, vale citar o raciocínio de Jean Auger. Ele afirma corretamente que “mesmo com uma ideologia reformista dominante, o TUC é atravessado pela luta de classes e certas greves não ficam em nada a dever, do ponto de vista da combatividade, àquelas do continente (França e Itália). Se as direções dos sindicatos são de tendência moderada, não se pode dizer o mesmo de certo número de organizações filiadas ao TUC e sobretudo dos militantes de base, em particular os *Shop Stewards*”.(17)

NOTAS

- (1) **Martinet, Gilles**; Sept Syndicalisme. p 23
- (2) *Idem*, p 24
- (3) *Idem*, p 25
- (4) **Lefranc, Georges**; O Sindicalismo no Mundo. p 44
- (5) *Idem*, p 83
- (6) *Idem*, p 84
- (7) **Lefranc, Georges**; O Socialismo reformista. p 80
- (8) *Idem*, p 82
- (9) **Lefranc, Georges**; O Sindicalismo no Mundo.
- (10) **Martinet, Gilles**; Sept Syndicalisme. p 35
- (11) **Polain, J.C.** (org); *A Social-Democracia na Atualidade*. p 57
- (12) **Auger, Jean**; *Syndicalisme des Autres Syndicats d'Europe*. p 79
- (13) *Idem*, p 82
- (14) **Pupo, Fernando**; "Neoliberalismo: Promessas e realidade" in *Princípios* nº55, dez, 1990.
- (15) **Ruy, J.C.** - "Thatcher roupas novas para velhas idéias" in *Classe Operária*, nº55, dez, 1990
- (16) **Queiroz, S.**; "Termina a greve heróica dos mineiros ingleses" in *Tribuna da Luta Operária*, nº 207, março, 1985
- (17) **Auger, J.**; *Syndicalisme des Autres Syndicats d'Europe*, p 96

* Historiador.
Dirigente da CUT
Regional Interior I
- Campinas, São
Paulo

BIBLIOGRAFIA

- **Antunes, Ricardo**; *O que é sindicalismo*. Ed. Brasiliense, S.P., 1980
- **Abendroth, Wolfgang**; *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. Ed. Paz e Terra, 1977
- **Auger, Jean**; *Syndicalisme Des Autres Syndicats D' Europe*. Les Éditions Ouvrier, Paris, 1980
- **Duarte, A. e Miranda, O.**; *O Trabalhismo e a Social-Democracia*. Ed. Global, 1985
- **Engels, Friedrich**; *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Ed. Global, 1896.
- **Favrod, Charles-Henri** (Org); *O Sindicalismo*. Publ. D. Quixote, Lisboa, 1983
- **Hobsbawn, Eric**; *Os Trabalhadores*. Ed. Paz e Terra, 1981; *Estratégia Para uma Esquerda Racional*, Ed. Paz e Terra, 1990
- **Jaguaribe, Hélio** (org); *A Social-Democracia Alemã e o Trabalhismo Inglês*. Ed. UNB, 1932
- **Lefranc, G.**; *O Sindicalismo no Mundo*. Publ. Europa-América, Lisboa ; *O Socialismo Reformista*. Ed. Difel, 1974
- **Martinet, Gilles**; *Sept Syndicalisme*. Ed. du Seuil, Paris, 1979
- **Polain, J** (org); *A Social Democracia na Atualidade*, Ed. Civ. Brasileira, 1980
- **Rodrigues, Leôncio M.**; *Trabalhadores, Sindicatos e industrialização*. Ed. Brasiliense, 1974.

Assine a revista Debate Sindical

Faça hoje mesmo a sua assinatura da *Debate Sindical*. Receba em casa ou na sede do seu sindicato a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura dá direito a quatro edições da *Debate Sindical*.

PREÇO DA ASSINATURA: * Em novembro: Cr\$ 2.200,00 * Em dezembro: Cr\$ 2.900,00 * Em janeiro: Cr\$ 3.900,00

Nome:

Endereço:

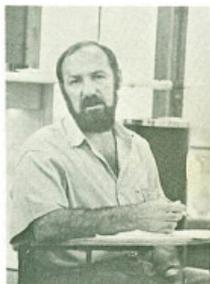
Bairro: Cidade: Estado:

CEP: Telefone: Data da assinatura:

Sindicato a que pertence:

Preencha os dados em letra de forma e envie o cupom junto com cheque nominal e cruzado para o *Centro de Estudos Sindicais*. Rua Pirapitingui, nº 12, Liberdade, São Paulo, SP, CEP 01508-020. Fone/Fax: (011) 270-7702

A OPINIÃO DE QUEM CONHECE



"Hoje existe um bombardeio de idéias contra as lutas dos trabalhadores. A TV Globo e todos os poderosos meios de comunicação tentam manipular a opinião pública.

Neste quadro, quando uma revista como a *Debate Sindical* vinga, ganha respeito e credibilidade, é ótimo! O sindicalismo precisa de instrumentos democráticos que divulguem as nossas verdades, que discutam os rumos da nossa luta - sem sectarismo e com espírito construtivo. A *Debate Sindical* já é conhecida por sua seriedade. É uma iniciativa que deve ser louvada".

Jair Meneguelli, presidente da CUT



"A *Debate Sindical* é hoje em dia a principal revista periódica especializada no estudo do sindicalismo. É uma publicação atualizada, que aborda os temas

mais candentes e de interesse dos trabalhadores. Além disso, ela é bem fundamentada, com inúmeros argumentos e informações. Ela convence quem a lê. Qualquer sindicalista, das mais variadas tendências, respeita e gosta da revista - mesmo discordando deste ou daquele enfoque. Os sindicalistas classistas precisam estimular a venda da *Debate Sindical*".

Sérgio Barroso, secretário de imprensa da CUT Nacional



"Tenho lido e inclusive já escrevi para a *Debate Sindical*. Reconheço que é uma revista aberta ao diálogo maduro e franco entre as várias correntes cutistas. Ele é pluralista e

ampla. Considero-a um instrumento valioso para fortalecer a nossa central sindical e para aprofundar o debate político em nosso meio. Outro aspecto altamente positivo é que a revista trata os assuntos com profundidade, com pesquisas e informações ricas".

Durval de Carvalho, vice-presidente da CUT Nacional

REALIZE A VIAGEM DOS SEUS SONHOS. CONHEÇA CUBA!

A promoção é simples! Quem vender o maior número de assinaturas da revista *Debate Sindical* ganhará uma viagem de sete dias a Cuba, com direito a passagem aérea e estadia em hotel na belíssima praia de Varadero! O prazo desta campanha se encerra em 15 de dezembro de 93.

Para participar da promoção, basta preencher os dados abaixo em letra de forma e enviar imediatamente, via correio ou fax, para o Centro de Estudos Sindicais (CES). Ou, ainda mais simples, basta telefonar para o CES e passar os seus dados pessoais.

De imediato, você receberá maiores informações sobre a viagem a Cuba, além dos talões de assinatura e dos materiais de propaganda da revista *Debate Sindical*. Não perca esta oportunidade. Ainda há tempo para você realizar seu antigo sonho!

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome:.....

Endereço:

Bairro:Cidade:

Estado:CEP:Telefone:

Sindicato a que pertence:

Remeta o cupom preenchido para: Centro de Estudos Sindicais.
Rua Pirapitingui, nº 12, Liberdade, São Paulo, SP, CEP: 01508-020, Fone/Fax: (011) 270-7702.